

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

***MIGRAÇÃO RURAL-URBANA E
MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO
NO MUNICÍPIO DE LONDRINA
DÉCADA DE 70***

RENATO NOZAKI SUGAHARA

Monografia apresentada ao Curso
de Graduação em Ciências Econô-
micas, como exigência final para
sua conclusão, sob orientação
da Professora Yoshiya Nakagawara
Ferreira.

LONDRINA - PARANÁ
DEZEMBRO - 1993

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**MIGRAÇÃO RURAL-URBANA E
MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE
PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE
LONDRINA NA DÉCADA DE 70**

RENATO NOZAKI SUGAHARA

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Econômicas,
como exigência final para sua
conclusão, sob a orientação da
Professora Yoshiya Nakagawara
Ferreira

LONDRINA - PARANÁ
DEZEMBRO - 1993

RENATO NOZAKI SUGAHARA

MIGRAÇÃO RURAL-URBANA E MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO
NO MUNICÍPIO DE LONDRINA DÉCADA DE 70

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Econômicas,
como exigência final para sua
conclusão, sob a orientação da
Professora Yoshiya Nakagawara
Ferreira.

APROVADA:

Prof. Laércio Rodrigues

NOTA:

Profa. Ligia Mazzeo

NOTA:

Profa. Yoshiya Nakagawara Ferreira
(Orientadora)

NOTA:

A minha família...

AGRADECIMENTOS

- A Professora Yoshiya Nakagawara Ferreira, pelas orientações e amizade.
- Ao Paulo Henrique Maravieski Brambilla, pela amizade e pelas sugestões, digitação e diagramação deste trabalho.
- Aos professores e amigos do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Londrina.

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1	- DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL, 1970-80	33
TABELA 2.2	- EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS E PREÇO DO PETROLEO	36
TABELA 2.3	- TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO E TAXAS DE INFLAÇÃO - 1968-82	37
TABELA 2.4	- AUMENTOS DE PREÇOS COMPARADOS (TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO)	37
TABELA 2.5	- BRASIL: BALAÇO DE PAGAMENTOS	38
TABELA 3.1.0	- EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE MADEIRAS PARA O EXTERIOR	46
TABELA 3.1.1	- PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ 1920/1968 ...	54
TABELA 3.1.2	- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE EM RELAÇÃO A DO BRASIL - CENSOS DE 1872 A 1980	59
TABELA 3.1.3	- PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - PARANA 1960/80 ...	62
TABELA 3.1.4	- PARTICIPAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO NA ÁREA TOTAL, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - PARANA 1960/80	63
TABELA 3.1.5	- EVOLUÇÃO DO PARQUE PARANAENSE DE TRATORES E COLHEITADEIRAS	66
TABELA 3.1.6	- IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES PELO PORTO DE PARANAGUA - 1972-80	66
TABELA 3.1.7	- VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA NO PARANA	66
TABELA 3.1.8	- TECNOLOGIA APLICADA NAS SETE PRINCIPAIS CULTURAS E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E NA ÁREA COLHIDA - PARANA - 1975/80	68
TABELA 3.1.9	- DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS - PARANA 1970/80	69
TABELA 3.1.10	- COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO PARANA E BRASIL - SAFRA 79/80	73
TABELA 3.1.11	- PARTICIPAÇÃO REGIONAL DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO MESORREGIÕES	74

TABELA 3.1.12	- PARTICIPAÇÃO DAS PROPRIEDADES QUE UTILIZAM TRATORES NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO MESOREGIONES	75
TABELA 3.2.1	- AREA DE LAVOURAS TEMPORARIAS E PERMANENTES NO PARANA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1970-1980	81
TABELA 3.2.2	- PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E NA AREA TOTAL SEGUNDO OS GRUPOS DE AREA TOTAL - PARANA 1970/80 (%)	84
TABELA 3.2.3	- PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NAS MESO-REGIONES E EM ALGUMAS MICRO-REGIONES 1970 E 1980	86
TABELA 3.2.4	- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE NO SETOR RURAL E URBANO, TAXAS DE CRESCIMENTO DAS MESO-REGIONES E ALGUMAS MICRO-REGIONES 1970 E 1980	87
TABELA 3.2.5	- DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO DAS REGIONES DO PARANA POR SITUAÇÃO DE DOMICILIO - 1980-1991	90
TABELA 4.1	- AREA (HA) OCUPADA POR TIPO DE ATIVIDADE (CAFÉ, SOJA, TRIGO E PASTAGENS) - LONDRINA (1960, 70, 75, 80)	96
TABELA 4.2	- ESTRUTURAÇÃO FUNDIARIA (NUMERO DE ESTABELECIMENTOS POR ESTRATOS DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS EM PERCENTAGEM) 1960-70-75-80	99
TABELA 4.3	- PESSOAL OCUPADO POR SETORE - 1970/80 ...	100
TABELA 4.4	- POPULAÇÃO RESIDENTE EM LONDRINA. DÉCADAS DE 50, 60, 70, 80 E 90	101
TABELA 4.5	- RESIDENTES QUE MIGRARAM PARA LONDRINA DURANTE 1960-70	102

SUMARIO

RESUMO	1
1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - O Problema	6
1.2 - Objetivos	8
1.2.1 - Objetivo Ger	8
1.2.2 - Objetivos Específicos	8
1.3 - Referências Sobre a problematização da Pesquisa	9
1.3.1 - Introdução	9
1.3.2 - Mobilidade da população: algumas questões teóricas e metodológicas	12
1.3.3 - Modernização enfoque insuficiente para a explicação do fenômeno migratório brasileiro	16
1.3.3.1 - Enfoque histórico-estru- tural	20
1.4 - Justificativa	23
1.5 - Procedimento Metodológico	25
2 - ALGUNS ASPECTOS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS NO BRASIL (1964 - 1979)	27
2.1 - A Estabilização e a Retomada do Cresci- mento Econômico	27

2.2 - Algumas Implicações das Políticas Econô- micas Pós-64	31
2.3 - A Crise do Petróleo de 1973 e a Opção da Política Econômica Brasileira	33
3 - OCUPAÇÃO E ECONOMIA PARANAENSE	40
3.1 - Repercussão Social e Econômica da Econo- mia Cafeeira: o Norte do Paraná	48
3.2 - Vinculação Entre o Processo de Trans- formações Econômica e a Migração	76
4 - O MUNICÍPIO DE LONDRINA NO CONTEXTO DAS TRANS- FORMAÇÕES DO SISTEMA PRODUTIVO NORTE PARANA- ENSE. um estudo de caso da década de 70	92
4.1 - A Lógica da Formação do Município de Londrina	92
4.2 - A Realocação dos Fatores Produtivos e os Movimentos Demográficos em Londrina	96
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
- BIBLIOGRAFIA	108

MIGRAÇÃO RURAL-URBANA E MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO
NO MUNICÍPIO DE LONDRINA - DÉCADA DE 70

RENATO NOZAKI SUGAHARA

RESUMO: Este trabalho baseou-se, fundamentalmente, no estudo das migrações e das mudanças nas relações de produção que caracterizaram a região norte paranaense e em particular, o município de Londrina na década de 70. Para tanto, enfocou-se no primeiro item, os problemas da questão econômico-demográfica, bem como, as teorias existentes sobre o assunto. No segundo tópico, tenta-se contextualizar os rumos da economia brasileira no período escolhido para objeto de estudo (década de 70). No terceiro e no quarto item, tentou-se respectivamente, estudar a região norte e o município de Londrina. No quinto tópico, fez-se algumas referências finais, concluindo que, no caso norte paranaense e no município de Londrina, o enfoque teórico, histórico-estrutural, apresentado no primeiro módulo deste trabalho, explica, em grande parte, os movimentos populacionais desta região.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento populacional desde Robert Malthus tem sido objeto de estudos e de controvérsias entre os economistas.

Segundo Malthus, a principal causa da miséria humana é a pressão da população sobre a produção de alimentos (apud Coutinho, 1990, p.171)¹.

1 - COUTINHO, Mauricio C. Malthus e a ciência lugubre. In: Encontro Nacional de Economia, 18, 1990, Brasília, Anais... Belo Horizonte: ANPEC, 1990. p. 167-185.

Atualmente, ainda muitos economistas são simpatizantes dessa teoria. Black, por exemplo, é o autor dessas palavras:

"Há ocorrências nos países menos desenvolvidos que anulam todos os esforços para levantar os padrões de vida do mundo. Um dos mais maciços desses obstáculos é o tremendo aumento de populações em países já povoadíssimos" (1965, p. 71)².

Outros autores, por sua vez, já não compartilham com essa teoria e são contra teorias alarmistas que pregam a miséria como sendo consequência do desenfreado crescimento populacional:

"É extremamente necessário, na verdade, fazer soar o alarma - mas não por que leis eternas da natureza tornam impossível alimentar a população mundial. O alarme deve ser dado porque é o sistema econômico e social do capitalismo que se opõe a completa mobilização, urgentemente necessária, do excedente econômico potencial e à obtenção de taxas elevadas de crescimento que este mesmo excedente pode permitir" (BARAN, 1986, p. 216)³.

O Brasil possui imensas reservas naturais em termos de número de habitantes por quilômetro quadrado, uma densidade populacional menor que muitos países que

2 - BLACK, Eugene R. O. O crescimento e o desenvolvimento econômico. In: FAIRFIELD, Osborn (Org.). As pressões da população. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

3 - BARAN, Paul A. A economia política do desenvolvimento. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 210-219.

seguramente têm um melhor nível de vida (menor taxa de desnutrição, menor taxa de mortalidade, menor taxa de analfabetismo, etc). Essa constatação, em si, não confirma a citação de Baran, mas nos dá fortes evidências para, pelo menos, colocar em dúvida a teoria Malthusiana.

Desta maneira, muitos autores buscaram novas soluções para elucidar a situação de extrema pobreza que persiste, em grande escala, em muitos países e regiões.

Singer (1975)⁴ coloca muito bem alguns fatores da dinâmica populacional - crescimento, migrações internas, etc - que ocorreram ou podem estar ocorrendo na América Latina e especificamente no Brasil e que estão relacionados com a marginalização (ou, como prefere Singer para a formação/crescimento do "exército industrial de reserva") de parte significativa da população. Dentre estes fatores, estão as migrações internas de uma região ou país e, também, as emigrações rurais. Os fatores que levam, a expulsão do habitante são, segundo Singer⁵, fatores de mudança das relações de produção e fatores de estagnação dos meios de produção rural:

"Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem das mudanças de relações capitalistas nestas áreas a qual acarreta a expropriação de camponeses, a

4 - SINGER, Paulo Israel. Economia política da urbanização. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

5 - Idem, *Ibidem*, p. 71.

expulsão de agregados, parceiros e outros produtores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego ('enclosures' na Inglaterra, desenvolvimento de gado nos pampas da Argentina, a expropriação das terras comunais indígenas durante o 'porfinito' no México, etc.); e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sob uma disponibilidade de áreas cultivadas que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitada como pela monopolização de grande parte da mesma pelos proprietários (o agreste no nordeste brasileiro, comunidades indígenas nos andes colombianos e peruanos)."⁶

As migrações rurais urbanas afetam diretamente o nível de distribuição da renda de uma região, na medida em que ela afeta tanto a oferta (o aumento do "exército industrial de reserva") como a demanda de mão de obra (com o aumento da procura por "mercadorias urbanas" - tratores, bombas hidráulicas, etc - por parte do setor rural que está mudando a sua composição de capital e com o aumento da procura de bens de primeira necessidade por parte dos migrantes que chegam nas cidades).

A estrutura do presente trabalho está subdividida em quatro itens.

No capítulo 1, como Introdução, o tema-problema foi descrito sucintamente, seguido dos objetivos. A fim de subsidiar o conteúdo da pesquisa, apresentamos no sub-item 1.3 da Introdução algumas referências teóricas sobre a problematização da pesquisa: migrações. Para contextualizar o

6 - *Ibidem*, p. 38.

problema foi feita uma rápida abordagem sobre os enfoques apresentados desde os clássicos, estudiosos ingleses, chegando aos enfoques geralmente de cunho histórico-estrutural dos pesquisadores brasileiros.

No capítulo 2, foram apresentadas as principais linhas do processo de desenvolvimento econômico, vinculado às políticas macroeconômicas sobretudo da década de 70, período escolhido para o desenvolvimento do objetivo do presente trabalho: migração na década de 70 no Município de Londrina.

O capítulo 3, foi subdividido em três partes:

- Ocupação e Economia Paranaense;
- Repercussão Social da Economia Cafeeira: O Norte do Paraná;
- e
- Vinculação entre o Processo de Transformações Econômicas e a Migração.

Esse capítulo visou estudar e esclarecer a vinculação existente entre o Estado do Paraná, a Região Norte Paranaense e o Município de Londrina, tentando mostrar como as mudanças nas relações de produção influenciaram a região e a cidade de Londrina, no que se refere a mobilidade da população. No capítulo 4, estudou-se especialmente o município de Londrina, enfocando a década de 70.

No capítulo 5, fez-se as considerações finais, procurando lembrar que as vinculações existentes entre, principalmente, o desenvolvimento da economia brasileira e economia regional norte paranaense e o município de Londrina. Tentou-se, também, discutir os resultados do estudo do caso específico de Londrina.

1.1 - O Problema

Londrina, município situado na região norte do estado do Paraná, provavelmente também sofre consequências oriundas das transformações nas relações de produção. A título de exemplificação, basta notarmos que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área colhida de café, no município de Londrina, que em 1975 era de 25.000 ha; em 1980 já tinha decrescido em torno de 10.753 ha. Por outro lado, a área colhida de soja passou de 4.800 ha em 1974 para 28.047 em 1977. Esse fato pode estar evidenciando um dos fatores que colaboraram na intensificação do êxodo rural, pois é sabido que a produção de soja necessita de menos mão de obra no campo que o café.

Os dados do censo do IBGE confirmam que em Londrina o êxodo rural foi significativo. Pois se em 1970 a proporção que morava no setor rural, em relação ao total da população do município era de 27,99%, em 1980 essa proporção já era em torno de 11,23%, ou seja, menos da metade.

Sendo assim, dada a possível relação explicitada até agora, entre a demografia e a estrutura econômica de uma determinada região colocaremos algumas questões a serem respondidas:

- a) Existe ligação entre a migração rural urbana no município de Londrina, e mudanças nas relações de produção do setor rural?
- b) A migração rural urbana influencia na proporção dos ramos

de atividade (agricultura, indústria de transformação, construção civil, etc - (em porcentagem) em relação à população economicamente ativa?

c) Há participação das migrações em relação ao crescimento populacional da cidade de Londrina?

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1. - Objetivo Geral

Estudar a possível ligação entre o êxodo rural e mudanças nas relações de produção do município de Londrina na década de 70.

1.2.2 - Objetivos Específicos

- Verificar se há relação entre a demanda de bens de produção industrializados pelo setor rural e número de trabalhadores rurais no município de Londrina.
- Verificar as mudanças, em proporção, dos ramos de atividade em relação ao total da força de trabalho ao longo do período (década de 70) no município de Londrina.
- Verificar se as migrações influenciaram no crescimento populacional da cidade de Londrina na década de 70.

1.3 - REFERÊNCIAS SOBRE A PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

1.3.1 - Introdução

Diversos estudos já foram realizados com o intuito de esclarecer as relações existentes entre a economia e a demografia. Adam Smith (1978) tido, por muitos, como fundador das Ciências Econômicas considerava o aumento populacional um sinal de riqueza de uma nação.

"O índice mais decisivo para prosperidade de qualquer país é o aumento dos seus habitantes" (SMITH, 1978, p. 59 - 60)⁷

Sobre a economia da América do Norte, por exemplo, Smith expõe que

"... a procura de trabalhadores, ou seja, os fundos destinados à sua manutenção aumentam, segundo parece, mais rapidamente do que o número de trabalhadores que se consegue arranjar" (1978, p. 60)

Robert Malthus, eminente economista do final do século XVIII início do XIX, já não compactuava com essa visão positiva do crescimento demográfico como prosperidade econômica.

7 - SMITH, Adam. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Segundo Szmrecsányi (1980)⁸ Malthus tinha como pressuposto o fato de a população tender a crescer em progressão geométrica enquanto os meios de subsistência tenderiam a crescer em proporção aritmética. Soma-se a isso a constatação de que os fatores que regulariam essa duas tendências divergentes seriam, principalmente, a miséria e os vícios. Marx, outro pensador do século XIX, diz Szmrecsányi (1980)⁹ refuta a idéia da existência de postulados com validades universais e, discordando de Smith e Malthus, coloca sua visão explicativa sob a miséria humana, não no crescimento "exagerado" da população como fez Malthus, mas sim, no aumento da composição orgânica do capital (aumento do capital constante maior que o aumento do capital variável). Esse aumento seria então para Marx, responsável pela diminuição relativa da oferta de empregos, gerando desta maneira o que ele chamou "exército de reserva" uma espécie de "estoque" de mão de obra.

No que diz respeito às possíveis causas econômicas das migrações, parte central a que esse projeto propõe estudar, temos a teoria Neoclássica do equilíbrio geral (Richardson, 1981, p. 288 - 296)¹⁰ que está alicerçada em uma série de hipóteses, tais como, mão de obra homogênea, rendimento de escala constante, mercado de trabalho em

8 - SZMRECSANYI, Tamás. Retrospecto histórico de um debate. In: Dinâmica da população. teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: Quercus, 1980, p. 263-274.

9 - Idem, Ibidem.

10 - RICHARDSON, Henry W. Economia regional. teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

concorrência perfeita e *ceteris paribus*, o movimento da mão de obra se dá em resposta à diferença de salários. Embora, talvez, para o caso do Brasil essa teoria não se encaixe muito bem, ela acabou desembocando em duas grandes categorias: os Modelos Deterministas e os Modelos Probabilísticos. Ambos se utilizam do conceito de população ótima e da produtividade marginal, o último modelo porém, admite a subjetividade das decisões do potencial agente migrante, frente aos supostos estímulos econômicos, e tenta adaptar suas hipóteses e modelos estatísticos de probabilidade.

No caso brasileiro e, mais especificamente, no caso do êxodo rural, muitos estudiosos preferem, por acharem mais coerente com a realidade, explicar as migrações a partir da identificação de fatores de expulsão. Como já foi dito anteriormente (introdução deste projeto), Singer¹¹ identifica dois principais fatores de expulsão: os fatores de estagnação e os fatores de mudança. George Martine (1982)¹² por sua vez esclarece que fatores de mudança muito provavelmente, foram as causas do esvaziamento rural norte paranaense:

"Em suma, a tentativa de responder à nossa indagação inicial a respeito dos determinantes do esvaziamento de uma fronteira agrícola aparentemente bem sucedida parece levar a um núcleo de fatores entrelaçados. Este núcleo inclui

11 - SINGER, op. cit.

12 - MARTINE, George. Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, v. 2/3, p. 53-76, ju./set. 1982.

uma série de processos relacionados com mudanças na composição de culturas, com a interação do capital industrial e agrícola." (p. 65 - 66)

Câmara (1985)¹³ também se utiliza deste instrumental teórico para explicar o êxodo rural no Paraná na década de 70.

"... as perspectivas de aumento do emprego agrícola em curto, médio ou longo prazo não deverão se concretizar, contribuindo para que o processo de êxodo rural no Paraná - motivado por mudanças nas técnicas de produção - continue mesmo que a taxas decrescentes." (1985, p. 108)

Podemos então, para não deixar dúvidas, esclarecer que este estudo das migrações, foram norteados, de uma maneira geral a partir da idéia de que fatores de expulsão estavam presentes no período estudado.

1.3.2 - Mobilidade da População: algumas questões teóricas e metodológicas

Como foi colocado na Introdução, a mobilidade da população, seja de um âmbito mais local, regional ou internacional, tem sido objeto de preocupação dos estudiosos,

13 - CAMARA, Márcia Regina Gabardo da. Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70. São Paulo, 1985. (Mestrado - FEA/USP).

planejadores como políticos. As suas causas também têm sido motivo de questionamento dos estudiosos. Elas variam no tempo e no espaço, evidentemente. Com o grande avanço tecnológico, neste período denominado técnico-científico, difícil é não fazer uma associação mais direta com a realidade sócio-econômica derivada desse avanço tecnológico irreversível.

Nos vários territórios do Mundo, as formas de vida e de atividades são variadas, tomando características locais e regionais. Assim, tentar compreender a mobilidade demográfica a partir de uma vertente teórica, como também, a partir de um caminho metodológico, seria incorrer em uma explicação simplista e generalizada.

Entretanto, os vários tipos de estudos realizados pelos pesquisadores, bem como os trabalhos empíricos realizados, tanto no Brasil como em outras partes do Mundo, já permitem inferir e esboçar um certo quadro de referências, que pretendemos sintetizar a seguir, para que possamos contextualizar o problema e o objetivo geral deste trabalho.

é mais do que conhecido de que o processo de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil é diferente do processo de outros países da América Latina, como também das regiões mais desenvolvidas do globo. Segundo Câmara (1988)¹⁴, e em vários outros pesquisadores, *"um dos prismas do desenvolvimento econômico muito privilegiado na literatura é o processo de transferência de mão de obra do setor agrícola*

14 - CAMARA, Márcia Regina Gabardo da. Migrações internas: evolução teórica e algumas evidências empíricas para o caso brasileiro. *Semina*, v. 9, n/ 2, p. 101-110, 1988, Londrina, Universidade Estadual de Londrina.

para o setor urbano-industrial".

No caso brasileiro, e, principalmente no norte do Paraná, esta transferência não é real, pois, além da inexistência de um efetivo assentamento industrial nessa região, muitos municípios sequer possuem um assentamento industrial. Como será visto mais tarde, não resta dúvida que existe uma forte vinculação entre o desempenho do setor agrícola e a migração norte paranaense, particularmente a partir da década de 60, instensificando-se em 70.

Na revisão bibliográfica realizada por Câmara (1988)¹⁵, dentre as pesquisas desenvolvidas no Brasil, as principais correntes que se preocupam com a problemática da migração foram: a da modernização e a vertente histórico-estrutural, que, a seguir, passaremos a sintetizar.

Conforme a abordagem modernizante, o fenômeno que induz os movimentos migratórios em direção às cidades é a crescente demanda de mão-de-obra devido ao processo de industrialização, um fenômeno de atração da força de trabalho. Seria uma hipótese calcada na experiência européia, pois a Revolução Industrial demandou muita mão-de-obra, devido à elevada taxa de mortalidade urbana, propiciando o aproveitamento dos excedentes de população rural. E, segundo Câmara, ainda, um segundo aspecto é o salário pago no setor urbano, fruto do desenvolvimento técnico incorporado que proporcionava aumentos de produtividade e remuneração. Por último, a disseminação do progresso técnico para o setor agrícola, favorece a acumulação no setor urbano-industrial.

15 - Câmara, *idem*, conforme nota 14, p. 110 e seguintes.

"A migração rural-urbana contribuiu para a suplementação de mão-de-obra para os setores secundário e terciário, para a formação das cidades e seu desenvolvimento. Ao término da transição nos países desenvolvidos ocorreu uma diminuição da população rural, implicando em redução dos fluxos migratórios internos e internacionais e de sua importância no processo de desenvolvimento"¹⁶

E, prosseguindo, comenta Câmara que, em relação aos países menos desenvolvidos, as taxas de crescimento populacional e migratórias, além de elevadas, persistem por períodos mais longos e duradouros. Isto é explicado na concepção modernizante pela ocorrência de taxas superiores de crescimento natural das populações rurais e urbanas dos países em desenvolvimento.

Nos países da Europa Ocidental, por exemplo, a migração interna pode ser explicada pela procura de mão-de-obra industrial, mas, nos países de desenvolvimento capitalista dependente, explica-se pela pressão demográfica e pela aspiração de um melhor padrão de consumo, ativado pelos meios de comunicação de massa¹⁷.

Não se pode deixar de lembrar, para que se evite confusões, que o termo "mobilidade" pode designar relações que desembocam em uma concepção muito mais ampla que um

16 - MUNOZ, Z. H.; OLIVEIRA, O. A migração interna na América latina: exposição e críticas sobre algumas análises. In: MOURA, H. A. Migrações internas: textos selecionados. Fortaleza, 1980, p. 581-608, apud Câmara, conforme nota 1, p. 111.

17 - OLIVEIRA, O; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: Moura, op. cit.: 251-262, apud Câmara, ibidem.

simples deslocamento geográfico (migrações). Uma compreensão maior do termo "mobilidade" deve abranger também, por exemplo, situações que envolvam o desenvolvimento da formação profissional, a ascensão profissional (ou sócio-econômica) do indivíduo, a flexibilização da mão-de-obra, o fluxo de capital, etc. Ou seja, como diz Gaudemar (1977, p. 11-61), o conceito de mobilidade pode englobar todos os casos em que ocorrem deslocamentos de uma esfera para outra¹⁸. No entanto, deve-se explicitar que, neste trabalho, o termo "mobilidade" indica, sobretudo, a sua acepção intuitiva que, segundo Gaudemar (1977), apenas pode designar uma deslocação espacial dos homens.

1.3.3 - Modernização: enfoque insuficiente para a explicação do fenômeno migratório brasileiro

Na abordagem feita sobre alguns enfoques teóricos sobre as origens dos movimentos migratórios, principalmente nos países latino-americanos, a própria Câmara desenvolve algumas reflexões, e chega a afirmar que os instrumentais não foram suficientes para explicar a relação entre o desenvolvimento econômico e o sentido do desenvolvimento capitalista nos campos e nas cidades, apresentando um enfoque histórico-estrutural. Porém, para este trabalho, sobre a problematização da questão migratória

18 - Para maiores detalhes ver: GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação de capital. Lisboa: Estampa, 1977.

em Londrina, julgou-se interessante apresentar essa revisão sobre os teóricos da modernização, a nível mais global, antes de se considerar o histórico-estrutural.

Há basicamente, três grandes concepções que procuram elucidar as razões que determinam o deslocamento da mão-de-obra para as cidades, Ravenstein, Lee e Sjaastad¹⁹.

Ravenstein, em sua pesquisa no fim do século passado, na Inglaterra, revelou que a maior parte do migrantes se deslocou a curtas distâncias, e que o processo de absorção de mão-de-obra oriunda de áreas rurais em regiões de crescimento ocorreu de forma lenta e por etapas (nosso grifo). Demonstrou ainda que os elementos naturais das cidades migram menos que os de regiões rurais; as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem principalmente a grandes centros industriais e comerciais; e, demonstrou também que, para cada corrente migratória principal, há um refluxo; e que ao processo de dispersão corresponde um processo de absorção de características semelhantes.

Para Lee, o volume das migrações variam de acordo com os ciclos econômicos, estando relacionado com as diferenças regionais, rurais e urbanas; pra cada corrente ou fluxo migratório corresponde um refluxo, nem sempre compensatório; as migrações têm caráter seletivo; e os migrantes respondem a fatores positivos e negativos.

19 - RAVENSTEIN, F. G. The laws of migration. Journal of the statistical society, 47 (pt 1): 167-227, jun. 1895. (trad. em MOURA, H. A. de. Coord.) Migração interna. op. cit. p. 25-88; LEE, E. S. ibidem, p. 95-113 e SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. Journal of political economy, 5:80-93, oct. 1962, Câmara, op. cit. n. 1, p. III e seguintes.

Sjaastad, analisa a questão no quadro teórico da alocação de recursos. A ação de migrar é um meio eficiente para alocar o recurso mão-de-obra, já que a atividade migratória requer uma determinada massa de recursos e pressupõe o alcance de um objetivo. Para este autor, a migração é uma atividade na qual os investimentos adicionais em capital humano adquirem grande significado. Empiricamente, constatou que a idade era um fator seletivo importante, que as taxas migratórias não eram medidas adequadas para a estimativa dos efeitos migratórios e que as taxas de migração bruta seriam consideravelmente mais importantes que as taxas de migração líquida.

São estudos que retratam um determinado momento - de grandes fluxos migratórios -, mas de países hoje avançados, em relação à situação brasileira ou da América Latina, entretanto, são importantes referências teórico-empíricas.

Todaro²⁰ e Todaro e Harris²¹ avançam questões referentes aos países de "Terceiro Mundo", Todaro saliente a importância do diferencial esperado de renda entre os setores rural e urbano na análise dos determinantes do tamanho da mão-de-obra urbana - ao contrário dos autores que o precedem, que destacam o diferencial real, na decisão de migrar. O diferencial entre o setor rural e urbano é ajustado pela

20 - TODARO, M. A model of labour migration and urban unemployment in less developed countries. American economic review, 60: 138-48, march, 1969. apud Câmara, op. cit. n 1, p. 112.

21 - TODARO, M.; HARRIS, J. R. Migration unemployment and development: a two-sector analysis. American economic review, 60:126-142, march, 1970, apud Câmara *idem ibidem*.

possibilidade de o indivíduo encontrar emprego no setor rural e urbano. Entretanto, dadas as limitações do seu primeiro modelo, no qual não estavam inseridas variáveis como salário mínimo institucional e as flutuações na atividade econômica, Todaro & Harris desenvolveram um modelo de dois setores de migração rural-urbana, cujo principal determinante era o salário mínimo institucionalmente determinado, como normalmente se observa nos países do "Terceiro Mundo". No modelo desses autores, a migração é uma resposta às diferenças de renda esperada rural-urbana e à taxa de desemprego. Os fluxos rurais-urbanos de mão-de-obra persistem enquanto a renda real esperada é, na margem, superior à produtividade agrícola real, que determina os salários reais. Os migrantes se comportariam como maximizadores da utilidade esperada advinda do ato de migrar, a satisfação econômico-financeira. A absorção de mão-de-obra ocorre em duas etapas: primeiramente no setor tradicional urbano e posteriormente no setor urbano moderno.

E, para finalizar estes enfoques, classificados como teóricos da modernização, na questão migratória, Stark²² completa o elenco. Este autor contesta alguns dos pontos defendidos por Todaro e Todaro & Harris, que defendem que a população rural migra para o setor urbano, a despeito da existência de desemprego urbano, devido ao comportamento de maximização da renda esperada pelo indivíduo.

Assim, a principal omissão analítica de Todaro

22 - STARK, R. (R.) Note modeling labour migration in LDC. The journal of development studies, 19(4): 335-366, jul. 1983. *idem ibidem*.

é o fato de o "Modelo de migração de mão-de-obra em países menos desenvolvidos" aceitar os postulados de que o indivíduo toma a decisão otimizadora da migração, quando a entidade relevante era a família. Em segundo lugar, está o desejo da família de dividir satisfatoriamente seu tempo entre o trabalho e o lazer. Por último, o lazer e a aversão ao risco, e não mais a renda real esperada determinam uma forma mais apurada de se prever os níveis de migração rural-urbana, de forma que a que esta pudesse ser devidamente tratada pelos que formulam as políticas econômicas.

1.3.3.1 - Enfoque histórico-estrutural

Segundo os teóricos estruturalistas, a migração não é um fenômeno isolado do quadro mais amplo, histórico-estrutural, onde ela se insere. Portanto, deve ser analisado e compreendido dentro desse quadro mais amplo, onde as discussões sobre a urbanização/industrialização devem estar subjacentes.

Entre os vários estudiosos, sobretudo latino-americanos, incluem-se muitos brasileiros. Oliveira & Stern (1990)²³, Singer (1980 e 1982)²⁴, Gozales & Bastos (1980)²⁵, Graham & Holanda (1980)²⁶, Martine & Peliano (1975)²⁷, Nakagawara (1979, 1981, 1991)²⁸, Câmara (1985 e 1988)²⁹, Graziano da Silva (1981 e 1982)³⁰, entre outros.

23 a 30 - As referências 23, 24, 25 e 26, estão contidas na publicação coordenada por MOURA, H. A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, 1980. As referências de Singer, n. 24, são: Crescimento

Na raiz dos estruturalistas, estão várias reflexões como a desestruturação agrária (Oliveira & Stern), movimento do capital no setor urbano-industrial, alteração da divisão social do trabalho, a partir da industrialização; introdução de relações capitalistas de produção nas áreas rurais (Singer, Gonzales & Bastos).

- transformações na agricultura (modernização), como extensão das modificações do próprio capital, para monopolista (Graziano da Silva e outros).
- migração em direção às novas fronteira agrícolas a nível regional, de 50 a 80, substituição de culturas, fenômenos de concentração fundiária e urbana (Graham & Holanda, Nakagawara, Câmara).
- migração como fonte de mão-de-obra barata para o setor urbano-industrial, busca de melhores condições de renda e de emprego (Martine & Pelayo):

...Continua...

econômico e distribuição espacial de população. Revista de Economia Política, v. 2, n. 3, p. 31-52, jul./set. 1982 e a outra publicação, de 1980, está também inserida na publicação coordenada por MOURA, op. cit. As de Nakagawara, são: Movimentos demográficos e a questão agrária. UEL/Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais, de 2 vol.; Questões agrárias e urbanas. o caso norte paranaense. Revista Terra e Cultura, Londrina. CESULON, ano 1, 94-115, n. 1 e Paraná Urbano: raízes, processos e problemas (Coord.). Apresentado no XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado da Universidade Estadual de Maringá, 1992. A publicação de Câmara, já citada n. 1, e a sua dissertação de mestrado Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70. São Paulo. 1985. USP. As de n. 30 são: Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec e Modernização dolorosa, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Enfim, os fenômenos como a concentração fundiária e produtiva, e variáveis como a legislação rural, estrutura da posse da terra e políticas voltadas para o setor agrícola, no processo de padrão de acumulação brasileiro, estão as raízes histórico-estruturais que explicam as intensas migrações internas, sobretudo a partir da década de 60.

1.4 - JUSTIFICATIVA

Os fatores demográficos têm uma correlação muito forte com diversas variáveis econômico-sociais (oferta e demanda de mão de obra, demanda por bens e serviços, etc). Desta maneira, o estudo das migrações rural e urbana de um determinado período, do município de Londrina se faz necessário na medida em que ele, provavelmente, poderá estabelecer relações entre a demografia e a economia. Isso permitirá um melhor equacionamento de um planejamento sócio-econômico, no que se refere, por exemplo, à demanda por serviços na área de educação que tem como principal preocupação (ou pelo menos deveria ter) a manutenção e expansão da rede de ensino e a melhoria de sua qualidade. Para que um bom planejamento ocorra nessa área de serviço público devemos ter em mãos não só informações sobre a atual situação da estrutura de ensino, mas também devemos estar cientes das projeções (e, para que isso ocorra, as projeções, logicamente, devem existir) demográficas referentes ao crescimento vegetativo da população, a sua composição etária aos saldos imigratórios e a sua composição.

Esses estudos são necessários, pois sem eles fica muito difícil conhecer o nível de inversões de capital que atendam as futuras demandas por salas de aula, professores, etc.

O conhecimento da estrutura que domina o comportamento das migrações também pode ser importante no que se refere à demanda por serviços de saúde, principalmente

para que se possa encontrar o ponto ótimo de construção de leitos hospitalares/ano, a quantidade adequada de profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, etc) a serem fornecidos em cada ano, a expansão da rede de água e esgoto por ano compatível com o crescimento populacional do setor urbano, etc.

Podemos ainda citar muitos outros motivos (planejamento na área de habitação, transporte, emprego, etc) que nos levam à importância do estudo da demografia e economia, contudo, esperamos que a importância desta pesquisa já tenha sido suficientemente explicitada.

1.5 - PROCEDIMENTO METODOLOGICO

Para abraçar os objetivos deste estudo, utilizou-se dos recursos o método indutivo-dedutivo, como alicerce as teorias sobre as migrações, dando maior enfoque à vertente histórico-estrutural. As evidências empíricas foram obtidas através de fontes de dados secundários, notadamente, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Edison Vieira - IFARDES) e diversos livros, teses, artigos e trabalhos científicos. Abaixo, estão apresentados os principais dados secundários que foram sistematizados e trabalhados.

Com relação à utilização de implementos agrícolas em Londrina, verificou-se que há relação entre demanda de capital e de mão-de-obra. Levantou-se dados acerca de mudanças, em proporções, dos ramos de atividade em relação ao total da força-de-trabalho, bem como, informações sobre o número de pessoas residentes na zona rural e na zona urbana, nos anos de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991. Foram buscados dados referentes à procedência dos residentes, não naturais do município de Londrina nas décadas de 60 e 70, área ocupada por tipo de atividade agrícola (café, soja, trigo e pastagens) nos anos de 1960 (exceto soja), 1970, 1975 e 1980, estrutura fundiária por número de estabelecimentos por estratos nos anos de 1960, 1970, 1975 e 1980. Após o registro e a sistematização (na maioria das vezes em forma de tabelas) das informações, procurou-se evidenciar as mudanças

ocorridas, principalmente na década de 70, em cada série de dados levantados, interrelacionando-os, na medida do possível e dos objetivos propostos.

2 - ALGUNS ASPECTOS DAS POLITICAS MACROECONOMICAS NO BRASIL (1964 - 1979)

Nestes itens, faremos um breve estudo sobre as políticas econômicas brasileiras iniciadas a partir de 1964. Justificamos este estudo, pela razão subjacente de que é necessário uma contextualização do fenômeno em sua expressão mais ampla, pois, isto pode ajudar a compreender melhor o tempo e o espaço recortado para a análise desta monografia.

2.1 - A Estabilização e a Retomada do Crescimento Econômico

Com a mudança da política ocorrida no primeiro semestre de 1964, o novo governo lança bases para uma futura retomada de um crescimento estável da economia, pois a taxa anual de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), no ano anterior e a taxa anual de inflação em meados de 1964, estavam segundo Baer (1988)¹, respectivamente em torno de 1,5% e 100,0%. Desta maneira, uma nova política econômica foi posta em prática tendo como objetivo, primeiramente, o combate à inflação, o ajuste das contas do governo e o melhor equacionamento dos preços das tarifas públicas, que então, se

1 - BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. 7 ed. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1988.

encontravam defasados frente aos custos. Ao mesmo tempo em que essas medidas eram tomadas, deu-se início a uma série de estudos e elaborações de projetos que visavam a reestruturação e o desenvolvimento da infra-estrutura produtiva do país (sistema de transporte, energia, etc). Seus efeitos contudo, provavelmente, só seriam sentidos alguns anos mais tarde. Uma atenção especial também foi dada ao setor exportador, que sentiam os governantes da época, deveria ser mais forte e diversificado, pois a tendência decrescente do coeficiente de importações do período 1961-1964, provavelmente não mais se verificaria. Além disso, como a fonte de financiamentos dos projetos em estudo seriam externas, a economia do país deveria começar a obter ganhos crescentes via receita com o comércio exterior para poder se resguardar frente aos pagamentos a serem cobrados no futuro.

A implantação desse ajuste para conter a inflação e o déficit orçamentário do governo, teve como consequência a conquista de menores taxas de inflação que em 1967 ficou na marca dos 25% anuais, no entanto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), nesse período, segundo Simonsem (1974)², não foi satisfatória. Contudo, consideradas as metas de estabilização econômica satisfatórias, uma nova fase começou a entrar em evidência a partir do final de 1967. Os projetos de investimento que estavam em maturação foram postos em prática, com a liberação de financiamentos por parte de credores que até aquele

2 - SIMONSEM, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. A nova economia brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1974.

momento aguardavam o curso dos acontecimentos políticos que pareciam estar confirmando uma certa estabilidade necessária, principalmente, aos financistas do mercado internacional. O setor público tornou-se o "carro-chefe" da alavancagem da economia rumo ao crescimento econômico acelerado. Da mesma importância, mas em escala menor, foi a expansão do setor de produção de bens duráveis.

O setor público, segundo Baer (1988, p. 241)³, no início da década de 70, configurava uma relação de despesas do governo/PNB em cerca de 30%, dos quais, cerca de 17% eram destinadas a investimentos diretos em infraestrutura (e cerca de metade desse valor era gasto em construção rodoviária). O setor fiscal também influenciou, em grande parte a distribuição da renda e a alocação de recursos na medida em que os impostos diretos, subiram de 5,8% do PIB em 1956-62, para 9,8% e os indiretos subiam de 13,0% para 18,1%. Segundo Baer (1988, p. 241)⁴, esse efeito redistributivo da modificação tributária só não foi maior porque houve, após 1964, uso acentuado de incentivos fiscais. Os incentivos fiscais e financeiros porém, necessitaram de um sistema bancário bem estruturado que, em grande parte foi sustentado preponderantemente pelo Estado que tinha influência direta sobre as Caixas Econômicas, o Banco Nacional de Habitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil. O governo também representava um peso considerável nos setores

3 - BAER, op. cit., referência 1.

4 - Idem, *ibidem*.

das indústrias do aço, mineração, petróleo, produtos petroquímicos, energia elétrica e transportes (principalmente ferrovias)⁵.

O setor de produção de bens duráveis, como já foi dito, teve importante participação no crescimento econômico brasileiro pós-1967. A preferência dada ao setor de bens duráveis se justifica quando notamos que, segundo Baer (1988), o Brasil dispunha de uma razoável capacidade ociosa nesse setor (em 1965, o país operava com cerca de 40% de capacidade ociosa nessa indústria) e, também, justificavam os formuladores da política econômica brasileira, poderíamos desta maneira, acelerar o processo de obtenção e domínio de alta tecnologia que aumentaria nossa produtividade e nos deixaria menos dependentes tecnologicamente. Devemos deixar registrado ainda, que eventuais problemas na demanda por produtos do setor de bens duráveis já não era objeto de preocupações, pois,

"A fonte de demanda desses bens pode ser encontrada na elevada taxa de crescimento da renda dos grupos de renda mais alta (não apenas os detentores de propriedades, mas igualmente, a pequena força de trabalho especializado), especialmente em fins da década de 60, e no rápido aumento do crédito para o consumo, possibilitado pelas reformas instituídas nos mercados financeiros do país. As companhias financeiras, responsáveis pela maior parte de crédito ao consumidor expandiram-se com grande rapidez em fins da década de 60. Em 1966, seus empréstimos equivaliam a 8% do total do sistema financeiro, crescendo, por volta de 1972, para quase 13,8%" (Baer, 1988, p. 249)⁶.

5 - Para maiores detalhes, ver Baer, op. cit. referência 1, capítulos 10 e 11.

6 - BAER, op. cit., referência 1.

Uma outra importante classificação, que não pode ser negligenciada, quanto a fatores que permitiriam o crescimento econômico brasileiro, foram as unidades produtivas voltadas para o setor externo. Esse, por assim dizer, setor, apesar de não ter participado em volume de produção, com o mesmo grau de importância em relação aos setores impulsionados pelos gastos governamentais, e pelos bens de produtos duráveis, foi essencial para o período, pois sem as receitas advindas desse setor, tornar-se-ia impossível as importações de insumos básicos que sustentavam os outros setores da economia. Ademais, a diversificação e fortalecimento desse setor era necessário para evitar, ou, pelo menos, minorar futuros problemas no balanço de pagamentos. Assim, a preocupação com o setor externo que desde 1964 já era objeto de atenção manteve-se constante.

2.2 - Algumas Implicações das Políticas Econômicas Pós-64

Cabe aqui, fazer algumas observações a respeito das políticas econômicas sustentadas a partir de 1964, pois tiveram interferência no corte espacial e temporal tomado como objeto de estudo.

Parece evidente que o direcionamento da política econômica em prol do setor de exportação, condicionado por fontes de financiamento externo, trazem consequências diretas na estrutura sócio-econômica

brasileira. Uma delas é a diminuição da razão trabalho/capital que acontece, talvez, devido ao rearranjo dos preços desses dois fatores de produção. Ou seja, a "abundância" de capital vinda do exterior e as políticas de crédito e subsídios, provavelmente, fizeram com que o custo marginal do capital diminuísse, substituindo assim, parte do fator trabalho. Além disso, os setores industriais que estavam tentando competir no mercado internacional adquiriram equipamento com tecnologia nova que, geralmente, necessitavam menos de mão de obra. Pelo mesmo raciocínio, devemos observar a diminuição da oferta de empregos no setor rural que, além de trocar trabalho por capital, também foi estimulado a substituir culturas voltadas ao mercado interno (exceto café, que também foi, em muitos lugares, substituído por outras culturas de exportação) por culturas destinadas à exportação.

Podemos concluir, portanto, que essas mudanças ocorridas no sistema produtivo da economia foram, em grande parte, responsáveis pelos desequilíbrios e contradições que despontavam com um certo vigor àquela época. Desequilíbrios esses, caracterizados por uma forte migração rural-urbana e pela não capacidade do setor urbano absorver tamanho contingente de mão-de-obra. Como se pode observar também na tabela 2.1, o período 1970-80, foi caracterizado por uma maior concentração de renda. Esse fato deve ser considerado natural, haja visto as condições desfavoráveis dos assalariados, frente a um mercado de trabalho que crescentemente dá preferência a sistemas de produção intensivos de capital.

E, como contradição, principalmente no que diz respeito à preferência dada pelo setor agrícola às culturas de exportação, no momento em que as pressões de demanda poderiam ocorrer por parte do setor urbano em crescente expansão naquele período.

TABELA 2.1 - DISTRIBUICAO DE RENDA NO BRASIL, 1970-80

PERCENTUAL DA POPULACAO	1970	1980
20% mais baixa	3.83%	3.39%
50% mais baixa	15.62%	14.56%
10% mais elevada	46.36%	47.67%
5% mais elevada	33.85%	34.85%
1% mais elevada	13.79%	14.93%

FONTE: Dados preliminares do IBGE apud Langoni, 1981

2.3 - A Crise do Petróleo de 1973 e a Opção da Política Econômica Brasileira

A opção da política econômica adotada pelo governo frente ao aumento do preço do petróleo a partir de 1973/74 (gráfico 2.1) foi a de não absorção imediata dos aumentos do preço do petróleo, ou seja, optou-se por uma não recessão via endividamento, que só foi possível porque a maioria dos países afetados pela crise do petróleo, optou por um ajustamento recessivo de suas economias. Assim sendo, estava "sobrando" dólares no mercado financeiro internacional - vindos, principalmente, dos países exportadores de petróleo - e as taxas de juros reais se mostravam especialmente

atraentes, chegando em certo período a serem negativas (ver tabela 2.2)⁷. Contudo, como todo empréstimo, deve, em tese, ser pago, e as taxas de juros, por serem flutuantes, provavelmente, não serão para sempre negativas, pode-se dizer que problemas no balanço de pagamentos iriam um dia se agravar. Alguns economistas acreditam que o que estava acontecendo era apenas um adiantamento do ajuste de preços - recessivo - que ficava, então, para gerações futuras.

"O Brasil transferiu durante muitos anos, para gerações futuras, o pagamento do preço real da revolução dos preços do petróleo e ainda a decisão sobre a distribuição desse encargo entre os diversos setores e grupos sociais. Contudo, devemos lembrar que a dívida externa brasileira foi um tanto aliviada pela inflação no resto do mundo, que começou a crescer na segunda metade dos anos 70" (Baer, 1985)⁸

Ainda que com a crise do petróleo, a política econômica continuasse, basicamente, em igual direção (expansionista), apenas com uma mudança substancial, que foi o redirecionamento da preferência pelo crescimento a partir de fortes investimentos no setor de bens duráveis para, agora, maciços investimentos no setor de bens de capital, que muito provavelmente objetivaram uma maior independência em relação ao setor externo e um menor coeficiente de importações.

Mesmo com a continuidade da opção pelo

7 - para maiores detalhes, ver LANGONI, Carlos Geraldo. A crise do desenvolvimento uma estratégia para o futuro. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985.

8 - BAER, op. cit., referência 1, p. 142).

crescimento auxiliado pelo capital externo, pode-se notar através das tabelas 2.3 e 2.4 que as taxas de crescimento do PNB já não eram tão altas quanto ao período 1968-73. Isso teve como causa, em parte, uma absorção parcial do aumento do preço do petróleo (tabela 2.4, percebe-se claramente que a evolução dos preços do petróleo e derivados foi maior no período em média, que os índices de preços), que acabou refletindo no período, em crescentes custos de produção, taxas mais altas de inflação e diminuição do ritmo de crescimento do PNB. Foi, portanto, em grande parte por esses agravamentos na economia brasileira, em agosto de 1979, substituído o Ministro da Fazenda. E assim, o economista Mario Henrique Simonsen dá lugar a Antonio Delfin Neto que introduz diferentes direcionamentos na política econômica do país. Esses fatos, logicamente, não contribuíram para minorar os desequilíbrios derivados das políticas da década de 60 (maior concentração de renda, desemprego, etc), agravando-os, principalmente, no que se refere ao balanço de pagamentos (tabela 2.5). Esses desequilíbrios contribuíram para a manutenção dos fatores que colaboraram para a expulsão de grande parte dos trabalhadores do setor rural que, na maioria das vezes, ou procuravam oportunidades de emprego no setor urbano ou iam tentar se deslocar para outras áreas agrícolas em expansão.

No capítulo seguinte, tenta-se mostrar que esses movimentos populacionais aconteceram de maneira marcadamente no Paraná, principalmente na região Norte e, no capítulo posterior tentaremos mostrar o caso específico do Município de Londrina.

TABELA 2.2 - EVOLUCAO DA TAXA DE JUROS E
PRECO DO PETROLEO

ANOS	TAXAS DE JUROS (%)		PRECO DO PETROLEO (US\$/BARRIL)
	NOMINAL (a)	REAL (b)	
1970	8.76	2.76	1.48
1971	6.95	1.55	1.80
1972	5.97	1.17	2.05
1973	9.34	1.84	2.54
1970/73	7.75	1.83	1.97
1974	11.17	-0.33	10.53
1975	7.78	-3.32	10.53
1976	6.24	-1.36	11.27
1977	6.43	-1.17	12.11
1978	9.16	1.66	12.33
1974/78	8.16	-0.90	11.33
1979	12.15	4.15	16.83
1980	13.99	4.89	29.47
1981	16.62	8.02	34.43
1982	13.58	6.48	33.00
1979/82	14.09	5.88	28.43
1983	9.89	4.79	29.40
1984 (c)	11.21	6.71	28.50

FONTE: Banco Central *apud* Langoni, 1985.

(a) Media mensal da LIBOR - 6 meses,
taxas anuais.

(b) Deflacionado pelo deflador do PNB
dos paises industrializados.

(c) Dados preliminares

TABELA 2.3 - TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO E
TAXAS DE INFLAÇÃO - 1968-82

ANO	PNB	INDUSTRIA	AGRICULTURA	MEDIDAS DE INFLAÇÃO		
				IGP	PREÇO POR ATACADO	PREÇO POR CONSUMIDOR
1968	11.2	13.3	4.5	25.5	24.2	24.5
1969	10	12.2	3.8	21.4	21.6	24.2
1970	8.8	10.4	1	19.8	19.4	20.9
1971	13.3	14.3	11.4	18.7	20	18.1
1972	11.7	13.4	4.1	16.8	17.7	14
1973	14	16	3.6	16.2	16.7	13.7
1974	9.5	9.1	8.2	33.8	34.1	33.8
1975	5.6	5.6	5.2	30.1	30.6	31.2
1976	9.7	12.5	2.9	48.2	48.1	44.8
1977	5.4	3.9	11.8	38.6	35.3	43.1
1978	4.8	7.4	-2.6	40.5	42.3	38.7
1979	6.8	6.6	5	76.8	79.5	76
1980	7.9	7.9	6.3	110.2	100.8	86.3
1981	-1.9	-5.4	6.8	95.2	112.8	100.6
1982*				99.5	98.5	101.2

FONTES: Fundação Getúlio Vargas. Conjuntura Econômica apud Baer, 1985.
* Taxa anual em julho

AUMENTOS DE PREÇOS COMPARADOS

(Taxas anuais de crescimento)

TABELA 2.4 -

Ano	Índice geral de preços	Preços por atacado	Petróleo e derivados
1970	19,8	18,7	17,7
1971	28,7	21,0	26,5
1972	15,8	17,4	23,8
1973	16,2	13,5	14,7
1974	33,8	34,4	65,5
1975	30,1	30,2	52,4
1976	48,2	48,2	57,6
1977	38,6	34,9	39,3
1978	40,5	42,0	30,2
1979	76,8	55,1	67,8
1980	110,2	107,0	159,4
1981	95,2	108,1	120,9
1982*	91,3	97,1	85,2

Fonte: Calculado de Conjuntura Econômica.
* Taxa anual em julho de 1982.

apud Baer, 1988.

TABELA 2.5 -

BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS

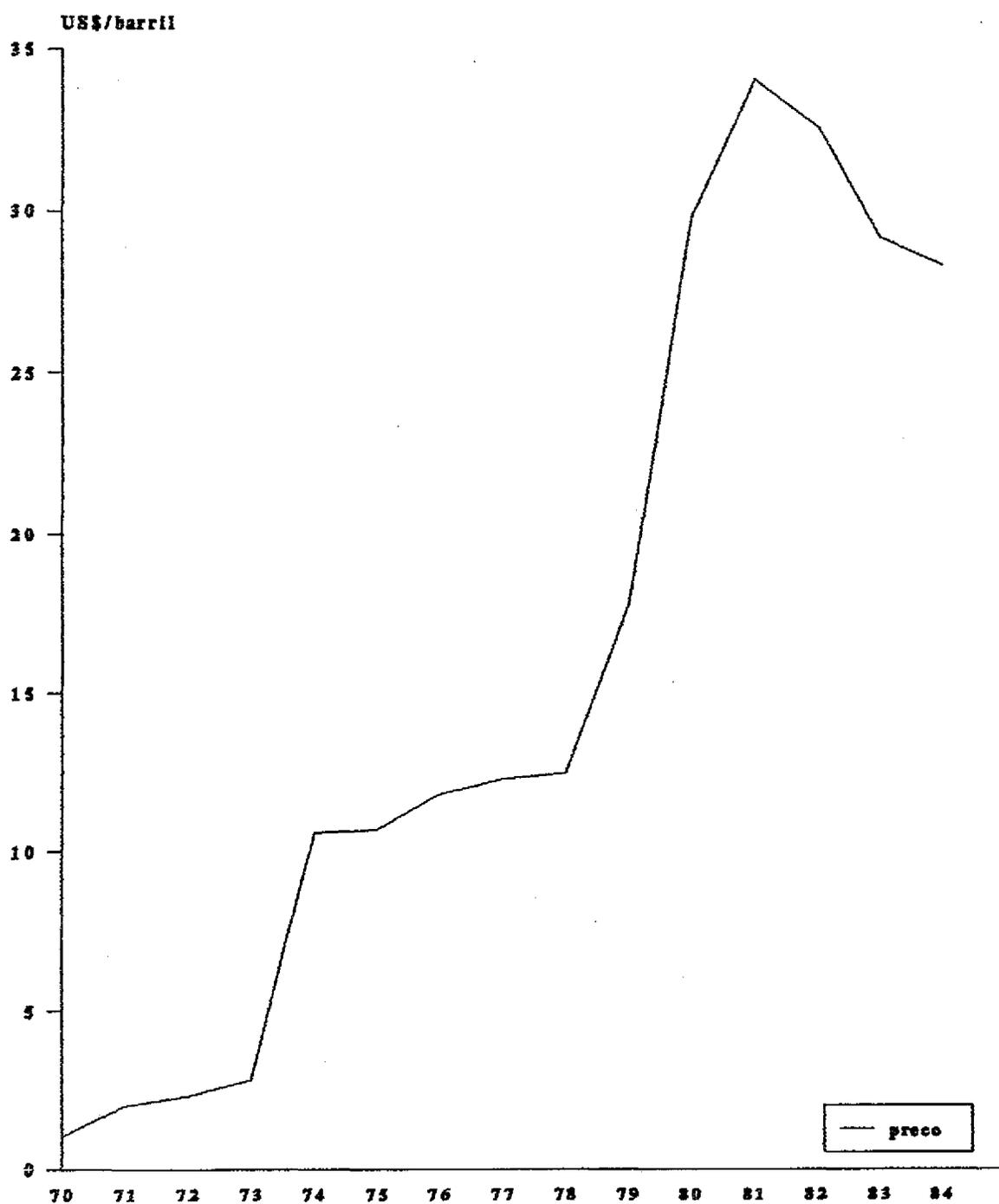
(Em milhões de US\$)

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
<i>Balança comercial</i>	-214	7	-4.690	-3.499	-2.152	97	-1.024	-2.717	-2.823	1.213
Exportações	3.991	6.196	7.951	8.670	10.126	12.120	12.659	15.244	20.132	23.293
Importações	-4.235	-6.192	-12.641	-12.169	-12.278	-12.023	-13.683	-17.961	-22.955	-22.080
<i>Balança de Serviços</i>	-1.250	-1.722	-2.433	-3.213	-3.860	-4.134	-6.037	-7.776	-10.152	-13.127
Viagens (líquido)	-173	-205	-250	-328	-400	-174	-186	-234	-241	
Transporte (líquido)	-333	-618	-1.066	-903	-850	-972	-1.000	-1.418	-1.997	
Juros líquidos	-353	-514	-653	-1.493	-1.520	-2.103	-2.695	-4.104	-7.457	-10.319
Remessa líq. de lucros	-161	-198	-248	-235	-330	-455	-561	-740	-544	
<i>Empréstimos</i>	4.376	4.244	7.287	7.459	8.681	8.520	13.704	11.228	11.070	15.632
<i>Amortização</i>	-1.222	-1.673	-1.920	-2.120	-2.888	-4.060	-3.170	-6.385	-5.020	-6.436
<i>Reservas</i>	4.113	5.417	5.252	4.061	6.544	7.256	11.895	9.689	6.913	7.505
<i>Dívida</i>	8.500	12.600	17.100	21.200	26.000	32.000	43.500	49.500	50.847	61.411

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim.

apud Raer, 1988.

GRAFICO 2.1 - EVOLUCAO DO PRECO DO PETROLEO



FONTE: Langoni, 1985, p. 13

3 - OCUPAÇÃO E ECONOMIA PARANAENSE

Londrina, - objeto empírico tomado como recorte espacial, e a década de 70 como recorte temporal para se estudar como o processo migratório se deu neste município -, localiza-se na porção norte do Estado do Paraná, em uma das regiões mais ricas, do ponto de vista econômico. Porém, para se compreender o fenômeno migração em Londrina, optou-se em contextualizá-la em um âmbito mais amplo que o Município e a região norte-paranaense.

Assim, em linhas gerais, pretende-se apresentar um quadro global da sua formação demográfica e econômica, pois, do ponto de vista histórico-estrutural, poderão ser subsídios importantes para se compreender a sua formação e o processo de "desestruturação"¹, ou do rearranjo sócio-econômico, sobretudo a partir da década de 60, intensificando-se na década seguinte.

Entre inúmeras publicações oficiais, teses, artigos e trabalhos, dois foram fundamentais, na compreensão da formação da economia paranaense, Carmo (1981)² e Padis

1 - expressão utilizada por Yoshiya Nakagawara, quando se refere às grandes transformações na vida agrária norte-paranaense, ocorridas a partir da década de 60. Ver por exemplo: Questões agrárias e urbanas: interdependência e subordinação. o caso norte-paranaense. Revista Terra e Cultura. CESULON. Londrina, ano I, n. 1, p. 94-115. 1981.

2 - CARMO, José Henrique do. O Paraná - sua ocupação e o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: BADEF, n. 76, p. 33-59, jul./ago./set. 1981.

(1981)³ e, sobre o Norte do Paraná, alguns trabalhos foram importantes como os de Nakagawara (1981, 1985/1986 e 1991) e Fleischfresser (1991)⁴.

Na formação dos assentamentos demográficos paranaenses, muitos fatores fisiográficos, como a sua conformação orográfica, a natureza do seu solo, o clima, como também os empreendimentos estatais e empresas de colonização, tiveram um importante papel na sua configuração atual.

Ocupado inicialmente no seu litoral, a penetração deu-se à guisa de bandeiras, principalmente, devido ao temor do governo português do domínio espanhol, exceção aos campos de Palmas, devassados na procura do ouro, por uma bandeira exploradora, no começo da terceira década do século XVIII, mas que não propiciou a criação de núcleo populacional estável⁵.

"Nos séculos XVIII e XIX, outro sentido de ocupação passa a ter o Paraná, (...) delineado pelos caminhos de tropas de bovinos e muares que demandaram ao mercado de Sorocaba, vindas do Rio Grande do Sul em apoio ao surto mineiro de ouro das Minas Gerais, (...)"⁶ Era o Paraná então também economia reflexa interna, de uma economia nacional, reflexo externo com o Ciclo do Ouro do Brasil" (Carmo, 1981, p. 39)⁷

3 - PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

4 - NAKAGAWARA, Y. Questões...; Urbanização...; Paraná urbano: raízes, processos e problemas; e FLEISCHFRESSER, Vanessa. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e consequências sócio-econômicas. (Teses de mestrado - UFRJ), 1984. mimeo. 318 p.

5 - CARMO, op. cit., referência 2, p. 38.

6 - Idem, ibidem, p. 38-39.

7 - Ibidem, p. 39.

Na opinião de Padis (1981) o ciclo

"brasileiro de mineração, notadamente a exploração das minas de Goiás, provocou uma expansão considerável do comércio pecuário na região sul do país. A partir de 1731, inicia-se o período tropeirista no Paraná, pela passagem e engorda de inúmeras tropas, especialmente de gado mular, provindo de vários pontos pelo famoso 'caminho do Viamão', com destino à feira de Sorocaba" (1981, p. 71-72)

é mesmo provável que o aspecto principal da pecuária não se refira à sua importância econômica. O papel desempenhado por essa atividade relativamente à ocupação do território paranaense é sobremaneira apreciável, conclui o autor.

Em meados do século XIX, por essa mesma época, a atividade pecuária estava atingindo o seu auge, começando a delinear de forma rápida a partir de 1860, para chegar, praticamente ao fim duas décadas mais tarde. Até o fim da terceira década deste século, o Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, especialmente no de São Paulo. E, além de periférica, de situação bastante precária, observa o autor⁸.

Carmo (1981)⁹, na sua publicação "O Paraná - sua ocupação e o desenvolvimento de suas atividades econômicas", apresenta uma visão geral da importância que a erva-mate representou para a economia paranaense, no fim do século XIX para XX, cujo teor, abaixo sintetizamos.

8 - PADIS, op. cit., referência 3.

9 - CARMO, op. cit., referência 3.

"A erva mate era uma planta da região. O início de seu ciclo deu-se de forma bastante irregular, caracterizado por períodos de altos e baixos em sua comercialização. Havia o consumo interno, que não caracterizava o ciclo, mas sim a demanda dos países platinos, Argentina e Uruguai. Somente a partir de 1813, com a proibição do presidente Francio, do Paraguai - o grande fornecedor dos citados países - da exportação do mate de seu país, cuja qualidade era superior ao paranaense é que tem início o movimento de mate, montando-se em Paranaguá o primeiro engenho em 1815 e em 1821 outro"¹⁰

De forma consistente, a exploração vai se firmando, não apenas no Paraná como também em outros estados sulinos e no período de 1833 a 1836, verifica-se uma alta no produto exportado. Porém, o movimento ascensional é barrado pela crise européia de 1836, que afeta os países platinos, bem como a guerra dos Farrapos.

Com a recuperação dos países platinos, a queda de Francia e a conseqüente abolição da proibição da exportação do mate, a atividade do mate paranaense cessa, tornando-se quase insignificante.

O retorno ao impulso condutor do mate, na realidade, só retoma força com o início da guerra do Paraguai em 1865, como também principia a exportação de madeiras; a partir daí, é que podemos realmente considerar a estabilidade do chamado Ciclo do Mate, que chega a penetrar o século XX¹¹.

Segundo Padis (1981)¹²,

10 - Idem, ibidem, p. 41.

11 - Ibidem, p. 41.

12 - PADIS, op. cit., referência 3.

"(...) a erva produzida pelo Paraná, desde muito tempo, encontrava as mais sérias dificuldades junto aos mercados compradores, dada a qualidade inferior, provocada pela fraude na produção; fraude essa que consistia no adicionamento de folhas de outras plantas e gravetos."¹³

No entanto, prossegue o autor, a partir de 1866, há uma recuperação no preço externo do produto. Vários, são na época, as causas dessas mudanças de comportamento dos preços, mas indiscutivelmente, a guerra do Paraguai, tendo desorganizado a economia desse país, afastou-nos o maior concorrente¹⁴.

A tabela a seguir, referente às quantidades exportadas de mate, no período 1867/93, em quilos, dá uma dimensão da crescente importância desse produto na balança comercial, a partir do início do século XX, expandindo-se até à crise de 29.

Violenta crise, irá ocorrer em 1931, no 1º trimestre do ano, quando se verificou a quase paralização do comércio de erva-mate, porque "(...) a República Argentina, que é o maior mercado de consumo desse produto, proibiu a sua importação"¹⁵. Assim é que, em 1933, não houve mais a exportação de mate beneficiado para a Argentina¹⁶.

13 - Idem, ibidem, p. 49.

14 - Ibidem, p. 51.

15 - Ibidem, p. 63.

16 - Ibidem, p. 63.

Um outro produto nativo que começa a ter importância, mais social que econômica, no início da sua extração é a madeira. A sua expressão social está ligada à própria fase de pioneirismo, em várias regiões paranaenses. Era matéria prima nobre e muito utilizada nas construções para uso residencial e comercial.

"A extração da madeira sempre foi uma atividade de economias externas do sistema condutor da economia paranaense, pois é óbvio que a indústria da construção para a habitação e outros serviços era necessária. Porém, o surgimento como indústria extrativa de peso na economia estadual, passa a se caracterizar no momento em que começa a atender a demanda externa.¹⁷

Só após a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, em 1886, é tomam incremento as nossas exportações, não apenas para os mercados platinos, mas também para os mercados internos¹⁸.

17 - CARMO, op. cit., referência 2, p. 35.

18 - Idem, Ibidem, p. 45.

TABELA 3.1.0 -

EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE MADEIRAS
PARA O EXTERIOR

Anos	Valor da Exportação (Cr\$)	Participação nas Exportações paranenses	Quantidade t.
1920 *	11.900		
1921 *	12.300		400.000
1922 *	9.300		
1923 *	11.200		
1924 *	15.040		
1925 *	20.000		
1935	7.966	8,3%	
1936	11.377	9,6%	463.043
1937	18.022	11,9%	548.438
1938	19.623	13,8%	606.554
1939	24.833	19,0%	639.149
1940	25.157	19,5%	683.061
1941	43.353	21,4%	658.598
1942	70.751	38,0%	722.824
1943	75.740	49,5% (Apogeu)	
1944	95.182	47,0%	
1945	84.198	43,6%	
1946	127.299	31,0%	
1947	191.398	19,4%	
1948	141.469	15,0%	
1949	130.978	8,2%	
1950	75.570	3,2%	
1951	104.603	2,6%	
1952	39.555	7,0%	
1953	75.915	1,4%	
1954	127.243	2,8%	
1955	291.581	6,1%	

FONTE: Martins, Romário "Livro das Árvores do Paraná" — 1944.
Ramos, Arthur Miranda "Renda e Níveis de Vida do Paraná" — 1958.
(*) De 1920 a 1925 o valor abrange também transporte por cabotagem.

apud Carmo, 1981, p. 46.

Pelos próprios valores da tabela da página anterior, de exportações, pode-se observar que a queda relativa na composição das exportações do Estado não se deve tanto, pelo menos até 1955, ao declínio da atividade exportadora da madeira, mas sim à inclusão de outros artigos na pauta de exportação, observa Carmo¹⁹.

"A ocupação e o desenvolvimento das atividades econômicas do PARANÁ, tiveram como principal indutor o mercado internacional. Assim, foi no ciclo do ouro, no tropeirismo, no ciclo da erva-mate, no ciclo da madeira, no café, que hoje poderíamos considerar um ciclo, em virtude dos problemas que surgem nessa atividade e, finalmente, na soja."²⁰

Segundo Carmo (1981), hoje, no entanto outra situação se verifica, o esgotamento das fronteiras agrícolas, aliado à necessidade da modernização da agricultura, em parte para fazer frente à competição internacional, esta levando ao surgimento de desemprego na área rural, com o aparecimento do bóia-fria, o inchamento do setor terciário dos núcleos urbanos, o favelamento e outros problemas sociais. Além de provocar modificações de nossa estrutura fundiária, com a expansão das grandes e médias propriedades rurais. Em 1950, a população era de 75% rural e 25% urbana; em 1960, 69%, era rural e 31% urbana; em 1970, 63,6% era rural e 36,4% urbana.

O número de estabelecimentos rurais, em 1970, por área apresentava a seguinte situação: propriedades de 0 a 20 hectares, 76,6%; 20 a 200 hectares, 22,3%, acima de 200

19 - Ibidem, p. 47.

20 - Ibidem, p. 57.

hectares, 1,52%. Cinco anos após, as propriedades de 0 a 20 hectares 72,4%; as de 20 a 200 hectares, 25,4%, e as acima de 200 hectares, 2,2%. Apesar do curto espaço de tempo, já se pode verificar a tendência de absorção da pequena propriedade rural²¹.

Após esta visão geral e sintética, a seguir, nos dois outros sub-capítulos seguintes, os dados referentes à evolução demográfica e econômica serão desenvolvidos, particularizando-se e aprofundando algumas reflexões sobre a região norte paranaense.

3.1 - REPERCUSSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA ECONOMIA CAFEEIRA: o Norte do Paraná

No artigo intitulado "Café, do colonato ao bóia-fria", Nakagawara (1993)²², registra que na formação sócio-econômica do território brasileiro, a cafeicultura representou, como nenhum outro produto agrícola, um papel fundamental na sua ocupação, não só abrindo regiões de mata virgem em várias áreas de fronteiras da expansão pioneira, mas também pela sua repercussão social e política, no cenário nacional e internacional. Registra ainda que ela modificou

21 - Ibidem, p. 57-58.

22 - Versão resumida de seu artigo "Cafeicultura Brasileira - transformação e perspectivas", publicada na Revista Reikishi to tiri (História e Geografia), Tóquio, Japão, n. 420, p. 5-16, 1990, em língua japonesa.

substancialmente o quadro agrário e urbano do Brasil, fazendo com que surgissem relações de trabalho específicas.

Segundo Padis (1981, p. 86)²³, nas três últimas décadas do século XIX o movimento ocupacional do Norte paranaense tomou alento. Em meados da década de sessenta do século passado, a cafeicultura paulista já estava próxima dos limites do Estado. Exatamente por essa época, Thomas Pereira da Silva, mineiro atraído pela fama da exuberância das terras vizinhas ao Rio Itararé, vem para a região e adquire, em território paranaense, à margem esquerda do Itararé, vasta área de terras, as quais, faz convergir grande número de conterrâneos seus, dando origem, em 1862, a um núcleo urbano inicialmente chamado de Colônia Mineira.

Prosseguindo nessa análise, o autor coloca que, durante o período da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro, por motivos de segurança nacional, proibiu a propriedade da terra por estrangeiros, obrigando a venda da Companhia Inglesa a um grupo de capitalistas de São Paulo, já intimamente a ela vinculado, que levou a cabo, no mesmo sentido e com as mesmas características o projeto inicial²⁴

Embora inicialmente não tivesse uma previsão das dimensões do sucesso de seu empreendimento, depois de consolidados alguns centros, especialmente Londrina, Apucarana e Araçongas, a companhia empreendedora passou a planejar as cidades que pretendia construir. A idéia central era a de instalar, entre várias cidades pequenas,

23 - PADIS, op. cit. nota 3, p. 86.

24 - Idem, ibidem, p. 91.

distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra, um centro de atração econômico - especialmente comercial e de serviços - e assim, surgiram Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), mais ou menos equidistantes entre si. Em torno delas e de Londrina - centros urbanos, razoavelmente bem dotados de atividades do setor terciário - surgiu mais de uma centena de cidades.²⁵

Padis (1981) relata que o visível sucesso do empreendimento levado a efeito pela Companhia de Terras Norte do Paraná, induzia já no fim da década dos anos trinta, o governo do Estado, proprietário de grandes áreas de terras devolutas ou de antigas concessões anuladas e que haviam voltado ao seu patrimônio, por ato do governo emergido da revolução de 1930, a encetar um programa de colonização de muitas dessas áreas, na região norte paranaense.

"De que se disse a respeito da ocupação sistemática da região, norte-paranaense, cumpre ressaltar, que o trabalho colonizador empreendido, quer pelas duas companhias japonesas, quer pela inglesa, ou pela ação mais recente do governo do Estado, constitui-se no elemento responsável pela repartição da terra em pequenas propriedades - salvo os casos excepcionais referidos - bem como pela sua efetiva ocupação."²⁶

O assentamento rural e urbano do Norte do Paraná foi um fenômeno oriundo da expansão da fronteira agrícola do café paulista. Teve início no final do século XIX e, primordialmente, foram ocupadas as regiões de Jacarezinho,

25 - Ibidem, p. 93.

26 - Ibidem, p. 94.

Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista. A ocupação processou-se moderadamente até as duas primeiras décadas do século XX, mas a partir de 1920, toma um grande impulso.

O aumento da intensidade da ocupação territorial, é justificado através do rápido aumento do preço do café no mercado internacional, a partir da Primeira Grande Guerra²⁷.

Por outro lado, segundo Carmo (1981)⁸, as regiões do Estado de São Paulo - Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos, não tinham condições de atender ao crescimento da demanda externa, em virtude da "broca do café" (1924) e também porque, em algumas áreas, os solos encontravam-se esgotados, determinando a queda da produtividade do café. Além dos problemas de crescimento urbano e a necessidade de atender a demanda de alimentos, gerando um aumento da procura de terras e, conseqüentemente, elevando os seus preços. Atraídos, então, pelas excepcionais qualidades de solo da região Norte paranaense, teve início o fluxo migratório paulista. Pela mesma razão as migrações foram efetuadas também por mineiros e nordestinos.

A cafeicultura, praticada sobretudo em estabelecimentos de pequenas dimensões, condicionaram, evidentemente o tipo de economia que surgiu na região. De dimensões limitadas, as áreas a serem cultivadas exigiam um volume de capital relativamente modesto e, em muitos casos, a força-de-trabalho da família era suficiente para atender às

27 - CARMO, op. cit. referencia 3. p. 33 e seguintes.

necessidades do cultivo, dessa forma, foi bastante fácil e rápido, o desenvolvimento de uma economia agrícola na região. A densa mata fornecendo madeiras em quantidade superior às necessidades de construção da casa e dos eventuais estábulos e a fertilidade dos solos compensava, mais que satisfatoriamente, o trabalho despendido (Padis, 1981, p. 110)²⁹.

Padis observa que no quinquênio 64/68, a produção de mamona e soja, sofreram consideráveis aumentos ano a ano. Assim, é que a primeira, no Paraná, em 1964, não ia além das 25,3 mil toneladas mas, em crescimento contínuo, atinge cerca de 49,0 em 1968. Já a quantidade de soja produzida que, em 1964, era de apenas 26,6 mil toneladas, em 1968 atingia nada menos que 155,0 mil toneladas³⁰.

O que se pode dizer é que a alavanca da expansão econômica experimentada pelo Norte do Paraná foi, sem dúvida, a cultura cafeeira.

Na análise de Padis (1981), os acontecimentos dos primeiros anos de quarenta, favoráveis que haviam sido à cafeicultura do Paraná, determinaram um rápido aumento nas plantações, de tal ordem que, dos 160 milhões de pés que possuía o Estado, por essa época, 118,5 haviam sido plantados no final do decênio. É interessante notar que 99,83 por cento - a virtual totalidade, portanto - encontravam-se na região norte do Estado.³¹

29 - PADIS, op. cit., referência 2.

30 - Idem, ibidem, p. 111.

31 - Ibidem, p. 120.

Por outro lado, a política brasileira de retração forçada da oferta, através da destruição de cerca de 80 milhões de sacas até 1944, aliada ao relativo controle da expansão de culturas, será indiscutivelmente o principal fator favorável à multiplicação dos cafezais paranaenses.³²

A interferência do Estado, através das políticas como a erradicação de cafeeiros, como também os fatores climáticos sempre estiveram presentes na cafeicultura.

Embora o produto brasileiro obtivesse melhores cotações em 1963 e 1964, em razão das geadas que atingiram os cafezais paranaenses, em 1962 e 1963 - problema que foi agravado pelo grande incêndio, no Estado, em 1964 - a partir de 1965, se faz sentir nova tendência à baixa, apesar das geadas ocorridas em 1966.

A evidência de uma supercapacidade produtiva aliada à produção de cafés invendáveis em razão da baixa qualidade, levou o governo brasileiro a ampliar consideravelmente, entre 1965 e 1967, a política de erradicação de cafeeiros, a fim de diminuir a produção nacional e, conseqüentemente, adequar a longo prazo, a oferta à demanda efetiva, segundo o acordo estabelecido na Organização Internacional do Café. Essa política, segundo dados do Instituto Brasileiro do Café (IBC), resultou na eliminação de nada menos que 96.915.998 cafeeiros paranaenses das quais, 36,7 por cento na região de Londrina³³

32 - Ibidem, p. 120.

33 - Ibidem, p. 123.

TABELA 3.1.1 -

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ
1920/1968 — 1.000 SACAS DE 60 KG

Ano	Brasil	São Paulo	SP/BR %	Paraná	PR/BR %
1920/21	16.328	10.246	62,7	70	0,4
21/22	12.826	8.198	63,9	58	0,4
22/23	11.798	7.047	59,7	66	0,5
23/24	16.279	10.374	63,7	53	0,3
24/25	14.105	9.193	65,2	117	0,8
25/26	14.852	10.037	67,9	120	0,8
26/27	15.604	9.677	62,3	120	0,8
27/28	26.595	17.982	67,6	375	1,4
28/29	13.188	8.815	66,8	181	1,4
29/30	27.880	19.490	69,9	596	2,1
1930/31	16.085	10.097	62,8	347	2,1
31/32	27.693	18.693	67,5	604	2,2
32/33	16.100	11.689	72,6	360	2,4
33/34	29.276	21.850	74,6	600	2,0
34/35	16.950	11.200	66,1	260	1,5
35/36	20.414	13.497	68,1	613	3,0
36/37	25.455	17.524	68,8	547	2,1
37/38	21.825	15.687	71,9	1.066	4,9
38/39	23.221	15.613	67,2	579	2,5
39/40	19.138	12.365	64,6	1.108	5,8
1940/41	16.456	10.217	62,1	932	5,7
41/42	15.797	9.275	58,7	836	5,3
42/43	13.615	8.528	62,6	550	4,0
43/44	12.160	5.936	48,8	160	1,3
44/45	9.137	4.722	31,7	579	6,3
45/46	12.701	6.101	48,0	674	5,3
46/47	14.019	8.874	63,3	1.138	8,1
47/48	13.572	6.523	48,1	1.530	11,4
48/49	16.952	11.173	65,9	1.883	11,1
49/50	16.303	7.391	45,3	2.318	14,2
1950/51	16.754	8.118	48,4	4.026	24,0
51/52	15.021	6.261	41,7	2.843	18,9
52/53	16.100	7.185	44,6	5.048	31,3
53/54	15.148	6.162	40,1	3.198	21,1
54/55	14.512	7.333	50,5	1.337	9,2
55/56	22.064	9.268	42,0	6.306	28,6
56/57	12.535	6.019	48,0	2.176	17,4
57/58	21.628	9.538	44,1	4.731	21,9
58/59	26.807	10.697	39,9	8.590	32,0
59/60	44.120	15.620	35,4	20.691	46,9
1960/61	29.848	8.242	27,6	14.320	48,0
61/62	35.860	11.558	32,2	17.942	50,0
62/63	28.703	4.999	17,4	18.032	62,8
63/64	23.153	9.579	41,4	9.157	39,5
64/65	18.063	6.821	37,8	7.146	39,6
65/66	37.776	11.828	31,3	21.058	55,7
66/67	17.505	5.098	29,1	7.727	44,1
67/68	23.374	9.029	38,6	10.912	46,7

Fonte: IBC — Anuário Estatístico do Café, 1968.

Nakagawara (1985/86), no seu artigo sobre a Industrialização e Urbanização no Paraná³⁴ assinala que

"Até a década de 60, o Paraná foi um Estado de afluxo populacional, principalmente pela entrada dos migrantes nacionais, procedentes da pressão demográfica existente na área rural de São Paulo, Minas Gerais e dos Estados nordestinos. Essa população se concentrou principalmente na área rural do Norte do Estado. Com o afluxo maciço da população a partir da década de 30, em 1940, o Paraná já possuía 1.237.000 habitantes, dobrando nas duas décadas seguintes (2.116.000 em 1950 e 4.278.000 em 1960). Esse ritmo perdeu impulso na década de 60, pelo esgotamento das fronteiras agrícolas e por consequência da "desestruturação rural", que começa a se acelerar no Paraná, principalmente na região Norte."³⁵

Proseguindo na sua análise, observa

"Na década de 60, ocorreram grandes transformações regionais no Paraná, que geraram uma intensa evasão rural. A depredação contínua e indiscriminada dos recursos naturais desde o início de sua ocupação, o esgotamento das terras virgens e/ou cultiváveis, limitadas pelas condições climáticas e territoriais do Estado, as intensas geadas de 1953 e 1955 e gradativa mudança de uso do solo, somaram-se a fatores de modificações nas relações de produção e de trabalho, tais como:

- A erradicação de cafeeiros, financiada pelo Governo, de 1962 a 1967;
- A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, transformando toda a estrutura das relações de trabalho no campo e liberando centenas de milhares de trabalhadores rurais;

34 - Publicado na Revista Geografia, Departamento de Geociências, v. 3, 1985/86, p. 113 a 128.

35 - Idem, *ibidem*, p. 114 e seguintes.

- A intensa mecanização e uso de insumos modernos, propiciados pelas facilidades creditícias (em 1960, havia 5.181 tratores no Paraná, segundo o IBGE, mas em 1970 já se registravam 17.190 tratores);
- O aumento da produção de soja, por exemplo (de cerca de 20.000 toneladas em 1963, atingiu 4.500.000 toneladas em 1976);
- o aumento da área de pastagens (de 1.060.497 hectares em 1961, para 2.369.590 hectares em 1971);
- O aumento dos trabalhadores temporários, antes colonos das fazendas de café ou até pequenos proprietários, ao lado de meeiros, arrendatários, etc."³⁶

Na sua análise, essas

"transformações refletiram na organização do espaço, ocasionando problemas que se estenderam pela década de 70 com repercussões na década de 80, praticamente sem nenhuma intervenção do Estado para melhorar a qualidade de vida do homem paranaense. Nesse sentido, o homem rural foi o mais prejudicado."

Na década seguinte, 70, Nakagawara registra que houve uma inversão do processo migratório, pois,

"Dos 290 municípios recenseados em 1980, cerca de 60 por cento, isto é 170 municípios apresentaram menos população residente, se comparada com os resultados de 1970. E, desses municípios com redução populacional, apenas 13 estão localizados no extremo Sul do Paraná. Os demais estão no Norte do Estado."³⁷

Ainda, na sua análise, o Paraná

"apresentou a maior taxa negativa de crescimento da população rural na década de 70. o decréscimo atingiu o total de

36 - Ibidem, p. 114 e 115.

37 - Ibidem, p. 115.

1.168.000 pessoas, sendo que, na zona rural, o saldo negativo foi de 2.647.000, e na urbana ocorreu um saldo positivo de 1.355.000." (1985/86)

Concluindo, observa que

"Esses dados indicam um processo migratório intenso da zona rural para a urbana. Em 1980, a taxa média geométrica de incremento anual da população residente foi de 0,94 por cento, a menor taxa brasileira, só perdendo para o Território de Fernando de Noronha, que acusou 0,22 por cento. (1985/86)

E assim, podemos dizer que o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro se faz sentir em grande intensidade na agricultura paranaense, ou

"A evasão demográfica da área rural tem na economia a explicação do seu processo, atrelado à política econômica e ao desenvolvimento capitalista brasileiro."
(Nakagawara, 1985/86, p. 116)

Dos fins da década de 60 até meados da de 70, quando se intensificou a evasão demográfica, observou-se no campo uma grande incorporação tecnológica que se difundiu na atividade agrícola, mudando drasticamente a estrutura fundiária. Essa mudança foi geral em várias regiões brasileiras. Entretanto, no Norte do Paraná os resultados pareceram mais violentos, pois, na constituição de sua estrutura fundiária o número de estabelecimentos de estratos inferiores era maior, os estabelecimentos de até 20 hectares representavam 83,7 por cento. Em 1970, o Norte do Paraná tinha 294.311 estabelecimentos rurais; em 1975, o resultado do censo demonstrava que havia 217.592 estabelecimentos, ou seja, ocorreu um decréscimo de 76.729 estabelecimentos

rurais. Registre-se que os estabelecimentos de pequeno tamanho se concentravam no Norte do Estado. Além dos proprietários rurais, os colonos, arrendatários e parceiros eram os trabalhadores em potencial nessa região, ao lado dos trabalhadores temporários que engrossavam a mão-de-obra, principalmente na época da colheita do café.³⁸

Do café, atividade absorvedora de grande quantidade de mão-de-obra, o Norte do Paraná passou para uma atividade repulsora de mão de obra, o binômio soja/trigo (na safra 79/80, a soja ocupou 2.410.000 hectares), e viu crescer rapidamente também a área de pastagens. Assim, não só a estrutura produtiva, mas toda a estrutura social começa a se modificar, observa Nakagawara (1985/86, p. 117).

Existe uma vinculação muito grande entre a demografia, estrutura fundiária e cafeicultura no Paraná.

Como foi visto, anteriormente, o Paraná passa de um Estado receptor de população para expulsor.

No norte do Paraná o modelo de parcelamento de solos - rurais e urbanos, obedeceu a um esquema onde a proximidade física dos assentamentos - 10, 15 a 20 km -, juntamente com o pequeno tamanho dos lotes rurais - predominando áreas de 10 e 20 alqueires -, propiciou um grande adensamento populacional, principalmente na área rural.³⁹

A tabela a seguir, demonstra o rápido

38 - Ibidem, p. 117.

39 - NAKAGAWARA, Yoshiya. O papel da Cia. de Terras Norte do Paraná no crescimento de Londrina e da região norte paranaense. 1984, texto mimeografado, 6 p.

crescimento da população paranaense a partir da década de 40 até 70, quando a cada decênio, praticamente dobrava a sua população, cujo afluxo se deu principalmente em direção ao Norte do Paraná.

TABELA 3.1.2 -

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE EM RELAÇÃO
À POPULAÇÃO DO BRASIL
CENSOS DE 1872 a 1980

Censo	Pop. Brasil	Cresc. em Rel. ao censo ant.	Pop. Paraná	Cresc. em Rel. ao censo ant.	% do PP/BR
1872	9.930.478	-	126.722	-	1,27
1890	14.333.915	44%	249.491	97%	1,74
1900	17.438.434	22%	327.136	31%	1,87
1920	30.635.605	75%	685.711	11%	2,24
1940	41.236.315	34%	1.236.276	80%	3,00
1950	51.944.397	26%	2.115.547	71%	4,07
1960	60.957.185	36%	4.277.763	102%	6,93
1970	94.508.554	33%	6.936.743	62%	7,33
1980*	121.075.669	28%	7.617.292	10%	6,3

Fonte: Recenseamentos da FIBGE.

(*) Dados preliminares do Recenseamento de 1980 (pop. no: dente)

apud Nakagawara, 1981, p. 106.

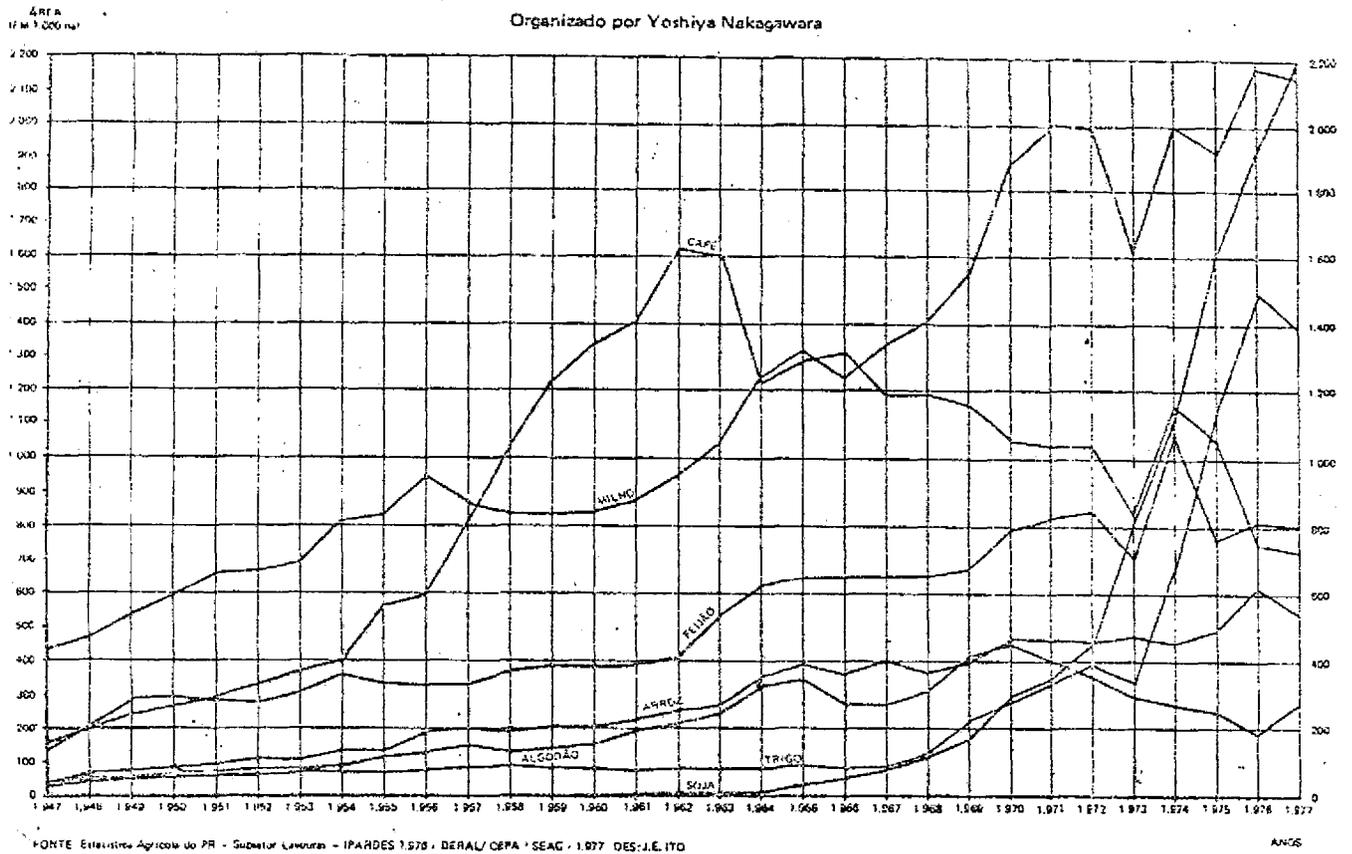
A transformação na estrutura fundiária paranaense, sobretudo na região Norte é a substituição da cultura perene (café) para as temporárias (soja e trigo) principalmente, toda estrutura social começa a se modificar privilegiando o capital ocasionando intensa migração regional e inter-estadual repercutindo na própria estrutura urbana.

O gráfico 3.1.1 em curva, anexo, mostra a área colhida dos principais produtos paranaenses e demonstra que a diminuição da área colhida do café coincide com o crescimento de culturas temporárias, como o milho na década de 60 e soja e trigo na de 70.

GRAFICO 3.1.1 -

ESTADO DO PARANÁ
SETOR AGROPECUÁRIO
ÁREA COLHIDA (ha). 1947-77

Organizado por Yoshiya Nakagawara



apud Nakagawara, 1981, p. 108.

As tabelas (3.1.3 e 3.1.4) apresentam fortes evidências de um processo de concentração da posse da terra no Paraná, fruto da diminuição do número de estabelecimentos e expansão da área ocupada, em particular dos proprietários⁴⁰.

40 - CARMO, op. cit. referencia 3, p. 43-44.

TABELA 3.1.3 -

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E TAXA DE CRESCIMENTO,
SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - PARANÁ - 1960/80 - (%)

Tipo de Produtor	Participação no Total de Estab.				Taxa de Crescimento			
	1960	1970	1975	1980	60/70	70/80	70/75	75/80
Proprietários	66,4	56,4	63,9	67,3	74,4	-2,2	-2,2	-0,0
Arrendatários	7,9	12,4	10,1	9,5	225,3	-36,9	-29,8	-10,5
Parceiros	13,1	22,2	16,7	13,9	249,3	-48,7	-35,0	-21,1
Ocupantes	12,6	9,0	9,3	9,3	48,1	-16,1	-13,3	-5,5
Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	106,0	-18,1	-13,7	-5,1
Total Absoluto	269.146	554.488	478.453	454.103				

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário - Paraná - 1960, 1970, 1975 e 1980.

TABELA 3.1.4

PARTICIPAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO NA ÁREA TOTAL,
SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - PARANÁ - 1960/80
(%)

Tipo de Produtor	Participação na Área Total				Taxa de Crescimento			
	1960	1970	1975	1980	60/70	70/80	70/75	75/80
Proprietários	83,7	83,2	88,3	89,0	27,5	19,9	13,4	5,6
Arrendatários	2,6	4,4	3,7	4,8	120,9	8,7	-11,3	21,2
Parceiros	4,4	7,3	4,4	4,6	112,8	-39,4	-35,7	-5,6
Ocupantes	9,3	5,1	3,6	3,6	-28,7	-39,7	-11,3	-20,2
Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	28,5	12,0	6,9	4,8
Total Absoluto	11.384.934	14.625.530	15.630.961	16.380.332				

Fontes: FIBCE. Censo Agropecuário - Paraná - 1960, 1970, 1975 e 1980.

As grandes transformações no campo podem ainda ser vistas nas tabelas anexas a seguir.

- a) evolução da produção paranaense de tratores e colheitadeiras (tabela 3.1.5);
- b) importação de fertilizantes pelo porto de Paranaguá (tabela 3.1.6);
- c) variação absoluta e relativa na área plantada no Paraná dos principais produtos - 1970-1980 (tabela 3.1.7).

A referida modernização se vincula ao processo de diversificação e ampliação da indústria nacional, possibilitando o surgimento de modernos setores

"produtores de máquinas e insumos para a agricultura. Assim, a implantação de fábricas de tratores e equipamentos, de petroquímica, a produção padronizada de rações e sementes, a expansão de frigoríficos, etc, vão impulsionar, apoiados no crédito rural, a modernização do setor agrícola.⁴¹

Seria suficiente para o Paraná o surgimento desses setores como condição necessária à modernização da agropecuária, uma vez que o caráter dinâmico que possuía a economia paranaense explica como esta, teve condição de passar a ser uma grande consumidora de máquinas e insumos industriais em seu processo de produção. De que forma o investimento pesado em tratores e colheitadeiras se relaciona com a estrutura agrária, demografia e modernização?

"A rápida mecanização da produção, o que é apenas uma face do processo de

41 - INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPADES). O Paraná: economia e sociedade. Curitiba: IPARDES, 1981, p. 25, 72 p.

modernização, vai ser a grande responsável pelo baixo incremento da população paranaense na década, já que visando aumentar a produtividade do trabalho, a mecanização implicará em substituição de homens por máquinas, o que evidentemente reduzirá a quantidade de trabalho por unidade produzida."⁴²

42 - Idem, *ibidem*, p. 21.

TABELA 3.1.5 -

- EVOLUÇÃO DO PARQUE PARANAENSE DE TRATORES E COLHEITADEIRAS

ANOS	Nº DE TRATORES *	Nº DE COLHEITADEIRAS **
1960	5 181	986
1970	18 619	2 509
1975	52 498	7 407
1980	79 377	(¹) 14 730

FONTE: FIBGE, SEAG
 * FIBGE
 ** SEAG
 1 Estimativa DERAL

apud. IPARDES, 1981, p. 9.

TABELA 3.1.6 -

IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES PELO PORTO DE PARANAGUÁ - 1972-80 *
(em t)

ANOS	TOTAL DOS PRODUTOS	ÍNDICE
1972	52 534	100
1973	42 739	74
1974	140 569	244
1975	164 771	286
1976	226 890	394
1977	358 456	623
1978	412 678	717
1979	437 951	761
1980	568 611	988

FONTE: FLEICHFRESSER, Vanessa. Paraná - Agricultura Moderna? Revista IPARDES, Curitiba, 1 (3): 21-31, out. 1979

* Os dados de 1977-80 foram obtidos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA

APUD. IPARDES, 1981, p. 9.

TABELA 3.1.7 -

VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA NO PARANÁ
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS - 1970-1980

PRINCIPAIS PRODUTOS	VARIÇÃO ABSOLUTA 1970-1980 (ha)	VARIÇÃO PERCENTUAL 1970-1980 (%)
Algodão	(111 413)	(24,9)
Arroz	(62 191)	(13,4)
Café	(148 400)	(14,2)
Cana-de-açúcar	23 222	63,2
Feijão	24 849	3,2
Milho	281 691	15,0
Soja	2 115 789	695,5
Trigo	1 312 402	456,3

FONTE: SEAG-DERAL

apud IPARDES, 1981, p. 9.

A tabela referente à importação de fertilizante pelo porto de Paranaguá, no período de 1970-80, demonstra na década de 70 principalmente, a partir de meados desse período uma crescente expansão. A utilização destes insumos, ao aumentar a produtividade por área cultivada, implica também na redução do trabalho utilizado por unidade produzida.⁴³

Neste particular, coloca-se em evidência o que o próprio IPARDES chama de "processo de modernização da verdadeira industrialização da agricultura."⁴⁴

Nessa perspectiva, Câmara comenta as tabelas 3.1.8 e 3.1.9, dizendo que

*"para as culturas modernas ou de mercado externo - algodão, soja e café - a utilização do pacote tecnológico é amplamente difundido o mesmo não se confirmando para os produtores de culturas de mercado interno ou culturas intermediárias - arroz, feijão e milho. Entretanto a tecnologia moderna, com o uso de sementes selecionadas, adubação e defensivos, irrigação e a mecanização do plantio e da colheita, quando possível, difunde-se mesmo entre os produtores de alimentos"*⁴⁵

E sobre a tabela de distribuição de despesas, registra que

*"a queda de importância do fator mão-de-obra na produção, que, é evidenciada pela decrescente participação dos salários no total das despesas, por outro lado, há um aumento substancial da participação dos gastos com insumos industriais, amplamente financiados pelo crédito de custeio agrícola."*⁴⁶

43 - Ibidem, p. 25.

44 - Ibidem, p. 26.

45 - CAMARA, Márcia Gabardo da. Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70. São Paulo, 1985 (Mestrado FEA/USP).

46 - Idem, ibidem, p. 89.

TABELA 3.1.8 -

TECNOLOGIA APLICADA (*) NAS SETE PRINCIPAIS CULTURAS E
PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E NA ÁREA COLHIDA
PARANÁ - 1975/80
(%)

Cultura	Tecnologia Aplicada								Taxa de Variação 1975/80	
	A		B		C		D			
	1975	1980	1975	1980	1975	1980	1975	1980		
Algodão	P	84,1	95,8	2,3	0,8	12,5	3,0	1,1	0,4	65,8
	A	82,1	94,7	2,9	1,2	13,4	3,5	1,6	0,6	29,7
Arroz	P	18,2	27,5	6,8	5,4	11,8	15,9	63,2	51,2	-66,0
	A	15,2	20,7	6,6	5,2	11,6	17,0	66,6	57,1	-60,8
Feijão	P	2,0	15,5	4,0	5,0	10,3	30,4	83,7	49,1	17,8
	A	1,6	12,4	3,7	4,6	11,6	28,0	83,5	55,0	17,3
Milho	P	8,2	32,3	34,2	36,9	5,6	6,5	52,0	24,3	-13,9
	A	7,2	28,4	29,6	35,0	6,9	8,4	56,3	28,2	0,8
Soja	P	75,8	94,6	3,9	1,0	12,1	3,3	8,2	0,1	42,1
	A	70,2	93,2	5,2	1,4	12,6	3,6	12,0	1,8	28,5
Trigo	P	86,7	97,8	1,4	0,4	10,7	1,7	1,3	0,1	223,5
	A	86,7	97,7	1,4	0,3	10,5	1,9	1,4	0,1	90,1
Café	P	86,1	94,5	—	—	—	—	—	—	-69,2
	A	78,5	88,6	—	—	—	—	—	—	-32,9

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário - Paraná - 1975, 1980. Infelizmente não se dispõe de dados para 1970.

Anuário Estatístico, diversos anos.

Obs.: (*) Tecnologia Aplicada: A - Uso de sementes selecionadas mais adubação, defensivos, irrigação e outras tecnologias; B - Só uso de sementes selecionadas; C - Uso de sementes comuns mais adubação, defensivos, irrigação e outras tecnologias; D - Só uso de sementes comuns, sinônimo de plantio tradicional.

I - Participação no total de produtores informantes.

A - Participação na quantidade produzida da cultura.

DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS
PARANÁ - 1970/80
(%)

Ano	Discriminação de Despesas Efetuadas										Total Absol. (mil. cr\$)
	Sal. Parte	Quota Arrend.	Adubos Corret.	Semente Mudas	Inset. Fungicida	Inset. e Trato Anim.	Aliment.	Juros Desp. Banc.			
1970	20,7	1,4	11,0	10,1	4,7	4,7	14,5	3,8			1.354.475,00
1975	14,6	4,3	10,8	13,4	6,6	4,9	6,1	5,1			10.303.860,00
1980	14,7	2,1	6,8	15,5	8,0	7,5	13,5	7,4			94.536.436,00

Fonte: FIBCE, Censo Agropecuário - Paraná - 1970, 1975 e 1980.

A este respeito Costa (1990)⁴⁷ explanando sobre a modernização capitalista, enfocando o campo, expõe sobre o modo industrial de produzir no campo. Na sua concepção,

"(...) o aspecto mais visível da estratégia capitalista em sua transformação do 'mundo rural' é o da 'integração com subordinação' da agricultura com a indústria. Esta é uma relação marcada por fluxos em duas direções. Do campo, emigram os despossuídos em geral, aquela maioria de expropriados que compõem na cidade o proletariado e o 'exército industrial de reserva', processo este que resulta da expropriação capitalista pura e simples, e da penetração de novos meios de produção, ou seja, da modernização técnica da produção. Da cidade e da indústria, saem o capital mercantil que se torna produtivo na exploração capitalista da terra e os novos meios de produção necessários ao aumento da produtividade agrícola. Esse duplo movimento repercute no campo e na cidade. No campo, porque subordina o produtor à incessante busca de maior produtividade, forçando-o ao endividamento para a aquisição dos novos insumos. Com isto, aumenta o volume global da produção agrícola, com a inevitável queda dos preços e a conseqüente transferência de parte do lucro auferido no campo para os capitalistas industriais (lucros com a venda de insumos e bens de consumo e lucros com o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho industrial). Desse modo, como apontam vários autores, também parte substancial da renda da terra, acaba sendo apropriada pelos capitalistas industriais."

Na concepção de Costa a relação indústria-campo, na fase da indústria monopolista há três frentes principais.⁴⁸

47 - COSTA, Wanderlei Messias da. O modo industrial de produzir no campo. In: Um aspecto atual da modernização capitalista. Revista Orientação. Instituto de Geografia. Departamento de Geografia. São Paulo, 1990, p. 63-69.

48 - Idem, ibidem, p. 68.

- Primeiro, desenvolvimento, produção, difusão e distribuição de toda parte dos meios de produção a grandes e pequenos produtores;
- Segundo, estabelecimento de mecanismos oligopsonicos de controle sobre o campo de produtos agrícolas-matérias-primas, essenciais aos capitais industriais nacionais e internacionais envolvidos nesse ramo.
- Terceiro, implantando-se fisicamente no campo, constituindo gigantescos complexos agroindustriais.

E há uma íntima relação entre o Estado e a Industrialização monopolista do campo, segundo Costa.

O estado age também de outro modo, integração, subordinação do campo. Homem de Melo (1982) e Mendonça de Barros (1982)⁴⁹, destacam em seus trabalhos a atividade estatal no setor de desenvolvimento de pesquisas tecnológicas destinadas ao aumento de produtividade agrícola: Técnicas de manejo do solo, melhorias vegetais e animais, etc. Trata-se de atividade que repercute seletivamente no campo.

Desta forma, o processo de modernização da agricultura, no que diz respeito ao papel aí desempenhado pela indústria, teria chegado ao máximo de seu desenvolvimento, em três fases.⁵⁰

49 - Obras referidas por Costa, op. cit., referência 47, p. 68, citadas a seguir:

- MELO, Fernando Homem de. A política econômica e a pequena produção agrícola. Revista de Estudos Econômicos, n. 12, São Paulo: FIFE, 1982.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. São Paulo, mimeo, 1982.

50 - Idem, ibidem, p. 68 e 69.

Primeiro: relação indústria campo, na sua forma complementar simples.

Segundo: observa-se o fenômeno da industrialização do campo (com a indústria).

Terceiro: fase atual, marcada pelo crescente modo industrial de produzir o campo.

Os efeitos do processo de modernização da agricultura podem ser verificados pelas relações entre a modernização da agricultura e as alterações da pauta da produção. Entende-se que não é a introdução da soja que explica a modernização, mas o revés, são as tendências modernizantes da agricultura paranaense que explicam como esta

"pôde utilizar-se da soja para levar adiante sua tecnificação. Levando-se em conta os preços favoráveis, a soja será introduzida exatamente porque dispunha-se de tecnologia moderna para a sua produção, e aparece assim como simples veículo do processo de modernização. Em outros termos, o Governo Federal optou por uma política que, ao lado de garantir mercado à indústria produtora de máquinas e insumo, visa a aumentar os níveis de produtividade da agricultura. O Paraná mostrou-se apto para absorver essa política e a soja apareceu simplesmente como o veículo mais adequado para esta transição."⁵¹

Os dados referentes às variações absolutas e relativas na área plantada no Paraná, dos principais produtos, comparando-se 80 em relação a 70, como também a comparação da produção de alguns produtos no Paraná e Brasil

51 - IPARDES, op. cit., p. 27.

- safra 79/80 - demonstram o aspecto dinâmico e expressivo da produção agrícola paranaense, bem como destaques que algumas migrações no Norte do Paraná desempenham na economia do Estado.

TABELA 3.1.10 -

COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO PARANÁ E BRASIL - SAFRA 79/80

PRODUTOS	PRODUÇÃO 1 000 t	PR/BR	ORDEM DE IMPORTÂNCIA	PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS NO ESTADO
Feijão	462	23,5	1º	Norte Novo de Apucarana Sudoeste Paranaense Extremo-Oeste Paranaense Campo Mourão
Milho	5 467	26,8	1º	Extremo-Oeste Paranaense Norte Novo de Apucarana Campo Mourão Pitanga Campos de Guarapuava
Trigo	1 350	49,9	1º	Extremo-Oeste Paranaense Campo Mourão
Soja	5 400	35,6	2º	Extremo-Oeste Paranaense Campo Mourão Londrina Maringá Jacarezinho
Café *	632 485	26,4	2º	
Algodão	561	33,6	2º	Campo Mourão Norte Novíssimo de Umuarama Norte Velho de Jacarezinho Algoeira de Assaí
Amendoim	80	16,6	2º	Norte Novíssimo de Umuarama Londrina

FONTE: SEAG-DERAL, FIBGE, IBC
* Café - refere-se à área em produção.

apud IPARDES, 1981, p. 27.

Para complementar as reflexões sobre a modernização e o papel desempenhado pelo Norte do Paraná, os dados referentes à tabela 3.1.11 - participação regional dos estabelecimentos que utilizam tratores no total de

estabelecimento segundo microregiões - demonstra expressiva participação do Norte do Paraná sobretudo a partir dos meados da décadas de 70.

TABELA 3.1.11 -

PARTICIPAÇÃO REGIONAL DOS ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM TRATORES NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO MESORREGIÕES PARANÁ - 1970/80 (%)

Mesorregião	Estabelecimentos com trator/Total		
	1970	1975	1980
R.M.de Curitiba	2,8	6,9	11,9
Leste Paranaense	1,8	4,3	8,5
Oeste Paranaense	1,6	6,8	11,8
Norte Paranaense	3,9	10,5	15,7
Paraná	2,6	7,2	12,3
Total Absoluto Estabelecimentos	554.488	478.453	454.665

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário - Paraná - 1970, 1975 e 1980.

apud Câmara, 1985, p. 105.

A tabela 3.1.12 referente a participação das propriedades que utilizam tratores, segundo grupos de área total no número de estabelecimentos nos anos 70, 75 e 80,

demonstra que a tecnologia mecânica é mais intensa nos estabelecimentos acima de 100 ha, crescendo o número de tratores nos estabelecimentos de maiores dimensões.

TABELA 3.1.12 -

PARTICIPAÇÃO DAS PROPRIEDADES QUE UTILIZAM TRATORES,
SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL NO NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS
TOTAL DO GRUPO - PARANÁ - 1970/80 (%)

Grupos de Área total (ha)	Participação no número de estabelecimentos		
	1970	1975	1980
Menos de 10 ha	0,5	0,9	1,6
10 - 20	0,9	3,3	7,7
20 - 50	4,7	14,9	23,7
50 - 100	9,7	29,3	41,8
100 - 200	15,9	38,8	50,7
200 - 500	23,2	47,5	57,4
500 e mais	42,1	59,9	68,1
Paraná	2,6	7,2	12,3
Total de estabelecimentos com trator	14.278	36.406	55.864

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário - Paraná - 1970, 1975 e 1980

apud Câmara, 1985, p. 106.

Os dados da tabela anterior, juntamente com as informações contidas nesse item, nos leva a crer, portanto, que o fenômeno de industrialização do campo, explicado por

Costa e outros, caminhou rigorosamente no sentido de sua consolidação, no Norte do Paraná, na década de 70, discriminando os menores e menos capitalizados produtores rurais e criando excedentes populacionais em um montante até hoje não registrado no país.

3.2 - VINCULAÇÃO ENTRE O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICA E A MIGRAÇÃO

Na caracterização de algumas subregiões do Norte do Paraná, merecem referência especial as duas grandes experiências de ocupação organizadas no Norte do Paraná; a formação dos núcleos urbanos de Assaí e Uraí, à margem oriental do Rio Tibagi, ainda no chamado Norte Velho, em 1931. A formação desses núcleos deveu-se a duas grandes empresas japonesas: a "Brasil Tokushoku Kaisha Bratac" e a "Nanbei Tochiku Bushire", colonizados por imigrantes japoneses, cuja base econômica não era o café, mas basicamente o algodão.⁵²

Posteriormente será visto que mesmo as regiões que não eram especializadas na produção cafeeira, passam a incorporar o processo de modernização norte paranaense.

Concomitante à ocupação da região de Assaí, deu-se início a ocupação das terras mais férteis do Norte do Paraná, por grupos de capitalistas estrangeiros.

52 - CARMO, op. cit. p. 48.

A missão Montagu, inglesa, que estava a procura de uma região que viesse substituir ou complementar a cultura do algodão das colônias inglesas da África. Após vários entendimentos com o governo brasileiro, foram compradas duas glebas de terras para instalar fazendas de algodão e máquinas de beneficiamento e, assim, organizada a "Brasil Plantation Syndicate Ltd". O empreendimento não teve sucesso e, em 1925, criou-se um grande projeto imobiliário nas terras adquiridas, formando-se a "Paraná Plantation Ltd", cuja subsidiária brasileira chamou-se "Cia. de Terras Norte do Paraná - CTNP". Durante a Segunda Guerra Mundial, em virtude de fatores de segurança interna, foi necessária a sua compra por um grupo nacional ligado a capitalistas de São paulo e que se denominou posteriormente "Cia. Melhoramentos Norte do Paraná". Esta, por sua vez adquiriu mais terras da margem ocidental do Rio Tibagi.⁵³

A atuação da Cia. de Terras, que se estendeu por uma área de mais de 500 mil alqueires paulistas, localizada na parte centro-norte do Estado, atraiu novos empreendimentos de ocupação, tanto por iniciativa de particulares como oficiais. A procura e a conseqüente valorização das terras atraíram outros tipos de investimentos, nas áreas comerciais, industriais e de serviços. No Norte do Paraná, formou-se uma densa rede urbana, comandada por Londrina, mas dentro da extensa área de interiorização e influência paulista.⁵⁴

53 - Idem, *ibidem*, p. 50.

54 - NAKAGAWARA, 1990, *op. cit.*.

A companhia é também responsável pela existência reduzida de latifúndios na região Norte novo, em termos de estrutura fundiária brasileira. A ocupação do norte do Paraná teve início em fins do século XIX e princípio do século XX, na região denominada Norte Velho (Jacarezinho, Cornélio Procopio, etc) e, estendeu-se a partir de 1925, ao Norte Novo (Londrina, Apucarana, etc.) e, finalmente a parte de 1946, penetrou o chamado Norte Novíssimo (Maringá, Cianorte, etc). Somava-se assim, aos outros ciclos econômicos paranaenses uma nova atividade, que por muitas décadas se constituiu na principal produção agrícola do Estado em termos de geração de renda.⁵⁵

Quase todos os trabalhos existentes sobre o Norte do Paraná, procuram caracterizar essa região a partir da ação da CTNP, identificando-a como uma área de pequena propriedade familiar, em sua formação, como pano de fundo, e seleciona as variáveis conforme o seu objetivo. Ora, basta um pequeno levantamento empírico para verificar que, além de ser uma noção parcial, o Norte do Paraná foi e é ainda palco de muitas tensões sociais, na área rural podem ser citados alguns exemplos de conflitos (no Norte do Paraná), como a revolta dos lavradores de Porecatu, muito conhecida na região, porém, pouco ou quase nada foi escrito sobre o assunto (Nakagawara, 1981, p. 100).

A transformação da atividade agropecuária no campo já foi demonstrada anteriormente (no item 3.1) que, como uma das consequências resultou no processo migratório de

55 - CARMO, op. cit.

mais de 2.600 mil pessoas.

As áreas urbanas do próprio Estado não puderam absorver nem 50% desse montante e o contingente mais significativo foi obrigado a buscar em outros grandes centros, principalmente São Paulo, uma alternativa de sobrevivência. Nesse período de crise e desemprego, o intenso processo migratório que sofreu o Paraná, contribuiu para acirrar as questões sociais brasileiras.⁵⁶

No Paraná foram principalmente os não proprietários,

"com acesso precário à terra, que constituíram o grande movimento de migração da década. O número de estabelecimento dessa categoria apresentou reduções que levam a considerar praticamente extintas no Estado as formas de parceiros, colonos e pequenos arrendatários. As alterações na estrutura fundiária no período de 70/80 se referem principalmente às reduções dessa categoria. Como isso representa a recuperação de terras cedidas num outro momento do desenvolvimento agrícola, pode-se afirmar que as mudanças na estrutura fundiária significam menos uma concentração de terras e mais a recuperação de sua estrutura anterior."⁵⁷

Desta forma, o mesmo

"processo que retirou do conjunto de produtores os não-proprietários e ainda uma parcela de pequenos proprietários, consolidou o grupo de médios produtores - a mudança mais relevante na estrutura produtiva."⁵⁸

56 - RAGGIO, Nádja (Coord.). As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 1983, p. 1 e 2.

57 - Idem, ibidem, p. 19.

58 - Ibidem.

Inúmeras mudanças regionais ocorreram com o processo migratório.

Com a erradicação dos cafezais, na década de 60, começaram mudanças como a expansão de áreas de pastagens e liberação de população. Mas é nos anos 70 que se acentua esse processo de evasão de população para fora das áreas rurais do Estado. E assim, na década de 70, essas migrações responderam pelo maior montante de população que deixou as áreas rurais, segundo a estimativa do saldo migratório, 72% do total do Estado. Sobre o Norte do Estado, justamente, por serem as regiões integradas foram exatamente as que mais absorveram as transformações da década de 70.⁵⁹

E foi isto que Raggio (1983)⁶⁰ coloca que a a força de trabalho que sofreu nessas regiões as maiores reduções do Estado, ainda conserva uma elevada proporção de trabalhadores por hectare, comparativamente à média do Estado. Mas é nas mudanças de pauta agrícola que se evidenciam as especificidades das transformações de cada microrregião, mesmo porque no Norte, muito mais que nas outras regiões, essas mudanças representaram um processo de substituição de culturas. As lavouras de soja e a pastagens ocupam áreas de café e alimentos, que tem importância particular pela intensa população congregada em torno dessas atividades.

Foi no sentido acima descrito, então, que deve-se atentar para a tabela 3.2.1.

59 - Ibidem, p. 25.

60 - Ibidem, p. 27.

TABELA 3.2.1.

ÁREA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES NO PARANÁ,
SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1970-1980

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ANO	ÁREAS DE LAVOURAS		TOTAL
		Temporárias	Permanentes	
Proprietário	1970	2 315 367	827 860	3 143 227
	1980	4 024 425	743 179	4 767 604
Não-Proprietário	1970	1 097 016	478 363	1 575 379
	1980	1 091 992	206 521	1 298 513
TOTAL	1970	3 412 383	1 306 223	4 718 606
	1980	5 116 417	949 700	6 066 117

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná, 1970. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980.

apud Raggio, 1983.

No período compreendido entre 1970 e 1980, fortaleceram-se em termos da produção agrícola os estratos médios dos proprietários que utilizam, ao lado do trabalho familiar, o trabalho assalariado. E, com o aumento da área de lavouras temporárias, conclui Raggio que "o trabalho assalariado se generaliza principalmente na forma volante". Em meados de 70 alcançou o montante aproximado de 800 mil trabalhadores, um contingente de força de trabalho que estava bem acima das reais necessidades da agricultura porque os níveis de salários e emprego chegaram a um ponto de rebaixamento que levou à formação de um fluxo migratório de grandes proporções⁶¹

Na mesma linha de raciocínio de Costa (1990), Câmara (1985) observa uma integração do setor agrícola ao industrial, desde a maior utilização de insumos,

*"advindos de fora da propriedade (máquinas, fertilizantes, defensivos, sementes selecionadas, etc.), maior abertura ao comércio internacional, expansão vertiginosa do programa de crédito subsidiado, assim como de gastos com extensão rural e estímulos à produção e consumo de insumos modernos. Foram criados e fortalecidos vieses negativos - em termos distributivos - não só no processo de concentração da produção em termos de produtos e regiões, como também de propriedade e posse da terra, em prejuízo de pequenos produtores (proprietários ou não)."*⁶²

As colocações acima corroboram as questões referentes à modernização, mobilidade demográfica e articulação do capital em todos os níveis.

61 - Ibidem, p. 31-32.

62 - CAMARA, op. cit., p. 15 e 16.

Um exame na estrutura fundiária paranaense no período de 70 a 80, com a distribuição da participação regional (meso-regiões) em relação aos grupos de estabelecimento e grupos de área⁶³ demonstra uma expressiva redução nos pequenos estabelecimentos (tabela 3.2.2).

"tanto no que concerne ao número de estabelecimentos, quanto a área total, concentrou-se na meso-região Norte, onde ocorreu o processo mais intenso de expulsão dos produtores menos competitivos, adicionalmente à mudança nas relações de trabalho. A tabela (...) apresenta a evolução da estrutura fundiária a nível regional na década de 70." (Câmara, 1985, p. 61)

63 - Idem, ibidem, p. 61.

TABELA 3.2.2 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E NA ÁREA TOTAL, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL - PARANÁ - 1970/80 - (%)

Grupos de Área Total	Meso-Regiões											
	Ano	R.M.de Curitiba		Leste Paranaense		Oeste Paranaense		Norte Paranaense		Paraná		
		Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	
Menos 10	1970	51,6	10,3	43,7	5,3	50,0	10,8	59,7	14,9	53,3	10,8	
	1975	50,3	7,7	42,0	4,2	51,2	10,5	50,9	8,7	49,5	8,2	
	1980	56,7	8,0	45,5	4,3	48,0	8,5	46,4	6,4	47,3	6,8	
10 + 20	1970	20,7	13,0	21,8	6,8	23,4	13,1	23,9	14,8	22,9	12,1	
	1975	20,8	11,5	19,5	5,4	22,9	12,1	24,6	10,5	22,8	9,8	
	1980	17,8	9,5	19,4	5,4	23,9	11,6	24,5	9,0	23,0	9,1	
20 + 50	1970	19,4	26,0	22,3	16,6	19,2	23,2	11,0	15,0	16,5	18,9	
	1975	20,7	24,5	23,3	14,1	17,7	20,3	15,2	14,3	17,9	16,8	
	1980	17,5	19,8	21,1	12,8	18,9	19,7	17,2	13,9	18,7	16,0	
50 + 100	1970	5,0	15,1	6,6	11,0	4,4	12,6	2,5	7,9	4,0	10,7	
	1975	5,0	13,0	8,0	10,7	4,5	12,0	4,3	9,3	5,1	10,8	
	1980	4,6	11,5	7,0	9,4	5,1	12,2	5,4	10,1	5,6	10,7	
100 + 200	1970	2,1	12,6	2,8	9,2	1,7	9,6	1,4	8,7	1,8	9,3	
	1975	1,9	10,1	3,4	9,0	2,0	10,3	2,5	10,8	2,5	10,1	
	1980	2,0	9,8	3,3	8,7	2,3	10,8	3,2	11,8	2,8	10,4	
200 + 500	1970	0,9	12,5	1,6	11,7	0,9	10,9	1,0	13,8	1,0	12,1	
	1975	0,9	10,5	2,0	11,8	1,1	12,3	1,7	16,6	1,4	13,6	
	1980	1,0	11,4	2,1	12,7	1,3	13,1	2,2	17,9	1,7	14,5	
500 e mais	1970	0,2	10,5	1,2	39,4	0,4	19,8	0,8	24,9	0,5	26,1	
	1975	0,4	22,7	1,8	44,8	0,6	22,5	2,3	29,8	0,8	30,7	
	1980	0,4	30,0	1,6	46,7	0,5	24,1	1,1	30,9	0,9	32,5	
Total	1970	16.821	391.249	8.9021	3.697.057	230.077	5.716.717	218.569	4.820.607	554.488	14.625.630	
Absoluto	1975	13.502	356.357	78.443	4.093.548	229.056	6.059.980	157.450	5.121.040	478.451	15.630.924	
	1980	16.359	448.321	85.134	4.429.961	216.821	6.331.497	135.789	5.170.553	454.103	16.380.332	

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário - Paraná - 1970, 1975 e 1980.

Esta redução significa diminuição de população que migrou para outras regiões.

Para Câmara,

*"Os estabelecimentos com área inferior a 10 ha, foram aqueles que apresentaram maior perda de pessoal ocupado - de 26% - em virtude da diminuição do número de estabelecimentos e da área ocupada - respectivamente 27% e 29% na década de 70"*⁶⁴

Uma explicação apresentada por Câmara em relação a maior intensidade das diferenciações é

*"o ritmo com que se desenvolveram tais diferenças que foi fruto em parte da política de incentivo à mecanização e modernização das propriedades maiores em detrimento das menores e da propriedade fundiária, que eliminou diversos estabelecimentos pequenos (área inferior a 20 ha) no decorrer da década de 70"*⁶⁵

Na região norte destacaram-se Umuarama, com mais baixa taxa de crescimento populacional estadual - -25,3%, e Londrina, com a única taxa positiva de crescimento, em torno de 3% - praticamente estagnação populacional. Em termos de microrregiões, também é mais visível o crescimento da população urbana *vi-a-vi*s o da população rural, destacando-se no norte as microrregiões de Londrina, Maringá e Umuarama.

64 - Ibidem, p. 98.

65 - Ibidem, p. 107.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO
NAS MESO-REGIÕES E EM ALGUMAS MICRO-REGIÕES ESCOLHIDAS - 1960, 1970 E 1980
(%)

Meso e Micro região	1960	1970	1980	Δ60/70	Δ70/80
R.M.de Curitiba(C)	12,1	11,9	18,9	5,4	75,4
Leste Paranaense(L)	20,0	14,9	15,7	21,0	16,2
Oeste Paranaense(O)	39,3	30,6	31,8	26,3	14,7
Norte Paranaense(N)	28,6	42,7	33,6	142,7	-13,5

N.N.de Umuarama(N)	4,9	9,4	6,4	210,5	-25,3
N.N.de Londrina(N)	14,5	9,9	9,3	10,4	3,0
C.de Ponta Grossa(L)	4,1	3,4	4,3	36,3	38,6
Campo Mourão(O)	5,0	7,7	5,3	48,6	-24,0
N.V.de W.Brás(L)	4,0	2,9	2,4	17,8	-7,6
Extremo Oeste(O)	4,4	10,9	12,6	304,4	27,7
Sudoeste Paranaense(O)	5,3	6,4	6,8	98,3	16,8

Paraná	100,0	100,0	100,0	62,5	10,1

Total Absoluto	4.263.721	6.929.868	7.629.849		

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico - Paraná - 1960, 1970 e 1980.

TABELA 3.2.4 - DISTRIBUICAO DA POPULACAO PARANENSE NO SETOR RURAL E URBANO
TAXAS DE CRESCIMENTO DAS MESO-REGIOES E LAGUMAS MICRO-REGIOES
1970 E 1980 (%)

MESO E MICRO-REGIAO	POPULACAO URBANA			POPULACAO RURAL		
	1970	1980	%80/70	1970	1980	%80/70
R.M. DE CURITIBA (C)	26.2	29.7	102.5	3.8	3.6	-26.0
LESTE PARANAENSE (L)	18.0	12.6	25.0	13.6	14.2	-18.4
OESTE PARANAENSE (O)	16.0	22.1	146.7	38.8	45.6	-8.2
NORTE PARANAENSE (N)	48.8	35.6	55.9	43.8	36.6	-34.7
C. DE PONTA GROSSA (L)	2.2	2.6	111.1	1.8	2.5	8.5
N.W. DE LONDRIANA (N)	13.3	11.8	58.5	7.9	5.6	-44.6
N.W. DE MARINGA (N)	6.8	5.5	63.7	3.8	2.1	-56.8
N.W. DE UMUARAMA (N)	5.7	4.6	44.2	11.5	8.8	-40.2
CAMPO MOURAO (O)	4.8	3.8	69.7	9.7	7.5	-39.6
EXTREMO OESTE (O)	6.8	18.8	221.5	13.6	15.1	-13.3
SUDESTE PARANAENSE (O)	3.2	3.7	106.5	8.3	11.2	5.4
PARANA	188.8	188.8	78.6			-21.9
TOTAL ABSOLUTO*	2504378	4473541		4425498	3456925	

FONTES: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demografico - Parana - 1970, 1980

Obs.: Os dados aqui apresentados diferem dos observados no Censo Demografico.

é ainda, na região norte que o decréscimo populacional se apresentou de forma personalizada no período de 70/80.

Câmara (1985), registra que a movimentação interna no Estado do Paraná

*"entre diversos sentidos que podem assumir os fluxos migratórios, destacam-se: o fluxo rural-rural na micro-região Sudoeste; a migração rural-urbana no Norte, em geral e na micro-região Extremo Oeste; a migração urbana-urbana nas micro-regiões de Londrina e Curitiba."*⁶⁷

67 - Ibidem, p. 119.

Neste subitem foi verificado a intervenção existente entre o processo de estruturação econômica catalizada pela cafeicultura, tendo como base fundiária, estabelecimentos de pequenas dimensões e o processo de desestruturação da economia cafeeira ocasionado por uma série de fatores que foram analisados, resultando num processo migratório intenso, principalmente a partir da década de 70. Esse fluxo migratório desestabilizou os assentamentos da população rural baseado na cultura permanente, café, desenhando uma nova rede urbana, como também, com a introdução das culturas temporárias apoiadas em pesquisas científicas produz uma nova organização espacial e novas relações de produção.

O crescimento demográfico paranaense intenso até a década de 60, não apresenta nem o mesmo dinamismo e nem o mesmo fluxo demográfico.

A tabela 3.2.4 apresenta de forma clara e evidente a participação do norte do Paraná nesse processo: é na região norte que se observa o maior afluxo populacional na década de 70, como também o maior êxodo rural.

Para completar o raciocínio acerca das vinculações entre o processo de transformações econômicas e a migração é interessante observar para algumas considerações feitas por Magalhães⁶⁸ que constatou a continuidade da tendência de evasão populacional na região Norte do Paraná também no período de 80-91.

68 - MAGALHÃES, Mariza Valle. *A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. Análise Conjuntural*, v. 14, n. 11-12, nov./dez. 1992.

Magalhães (1992, p. 3), relata que tem sido muito baixo o crescimento demográfico no Paraná, nos últimos 20 anos, pois, pela segunda vez, o Paraná apresentou o menor ritmo de crescimento brasileiro. No Censo de 1991, a população paranaense, apresentou um total de cerca de 8,4 milhões de habitantes, enquanto que no censo anterior, apresentou 7,6 milhões, o que resulta numa taxa de crescimento de 0,92 a.a., ligeiramente inferior à taxa média observada durante os anos 70 (0,97%)⁶⁹.

O que é mais importante é a magnitude da perda da população rural, pois, em apenas 21 anos, esse contingente se reduziu à metade.⁷⁰

Ao nível de Estado, a comparação dos dados entre um período e outro revela que de 80 a 91, houve um arrefecimento do processo migratório sob todos os ângulos, ou seja,

- menor êxodo rural,
- menor saldo migratório urbano e
- menor perda da população para fora do Estado.⁷¹

A perda líquida rural, ainda que em nível menor, foi extremamente intensa nos anos 80 e, por outro lado, verifica-se que tanto em termos proporcionais quanto em termos absolutos, o meio urbano absorveu menos população do que o período anterior. Assim, se, na década de 70, cerca da

69 - Idem, ibidem.

70 - Ibidem.

71 - Ibidem.

metade da perda rural foi "absorvida" pelo setor urbano do Estado, nos anos 60 essa proporção cai para 44,00%.⁷²

A região Norte foi novamente, a que perdeu mais população rural no último período, como também na década de 70. Naquele período, o Norte foi responsável por 72% do êxodo rural do Estado, declinando para 53% no período 80-91.

Mesmo assim, ainda é a Região Norte que concentra, atualmente, a maior população, tanto rural (37%) quanto urbana (38%), confirmando tabela abaixo..pm

TABELA 3.2.5 - DISTRIBUICAO RELATIVA DA POPULACAO DAS REGIOES DO PARANA, POR SITUACAO DE DOMICILIO - 1980-1991

REGIAO	1980			1991(1)		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
RMC	18.9	29.6	3.7	23.7	38.3	5.5
NORTE	41.3	39.4	44.0	37.6	38.0	36.5
OESTE	19.4	14.6	26.3	17.7	15.4	24.0
PR. TRADIC.	20.4	16.4	26.0	21.0	16.3	34.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE DADOS BRUTOS: IBGE - Censo Demografico

(1) Resultados preliminares

Magalhães coloca como origem desses fortes movimentos migratórios, basicamente as transformações ocorridas na estrutura agrária paranaense a partir da segunda metade da década de 60, através da substituição de cultivos, incorporação de progresso técnico em larga escala e concentração fundiária⁷³.

72 - Ibidem.

73 - Ibidem.

Na análise desse autor, a Região Norte tem sido a que experimenta a mais rápida e intensiva incorporação da modernização do padrão tecnológico da agricultura. Permanece aí a tendência à substituição das atividades com alto grau de absorção de mão-de-obra, particularmente familiar, desenvolvidas em propriedades menores sob regime de parceria e arrendamentos por outros que dispensam mão-de-obra e privilegiam o assalariamento, praticadas em propriedades mais extensas, tendo como responsável o proprietário.

Com as informações expostas nesse capítulo, pode-se ter uma idéia do processo que envolve a dinâmica demográfica da região no qual o Município de Londrina está incluído. E, que, portanto, como será visto no capítulo posterior, tem, em grande parte, as mesmas características.

4 - O MUNICÍPIO DE LONDRINA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA PRODUTIVO NORTE PARANAENSE. um estudo de caso da década de 70

4.1 - A Lógica da Formação do Município de Londrina

A formação de Londrina está intimamente ligada ao empreendimento colonizador da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP -, que, segundo Matsumoto (1986)¹,

"Sem dúvida, o processo de ocupação da região, tendo como ator importante, a Companhia de Terras Norte do Paraná - empresa inglesa de colonização - influenciou muito no crescimento da cidade e da Região."

Vale lembrar que o processo de colonização empreendido por essa empresa teve como sede o Município de Londrina. É lógico que isso não aconteceu por acaso, pois a tomada de decisão, muito provavelmente, foi estabelecida a partir da necessidade de um local que permitisse uma coordenação integrada entre o empreendimento colonizador, o sistema produtivo (então em formação) e o escoamento dos bens a serem produzidos. Nesse sentido, pode-se dizer, que a região que hoje compõe o município de Londrina era muito favorável. Melhor explicando, a região de Londrina possui uma

1 - MATSUMOTO, Shilrei Yoshie. Articulação entre os setores formal e informal na economia urbana de Londrina: um estudo a partir dos "catadores de papel". Londrina, 1986. (Monografia - UEL).

das terras mais férteis do país, e sua localização geográfica, facilitava a sua utilização como entreposto comercial para a região que estava econômica e demograficamente florescendo.

Além disso, refletir que Londrina possuía naquela época pelo menos duas vantagens em relação a outras localidades. Uma delas é a maior proximidade do ponto de escoamento (Porto de Santos), da produção regional voltada ao mercado externo (futura base da economia regional), facilidade esta, reforçada com a chegada da ferrovia em 1935. É oportuno lembrar que a essa época, Londrina e toda a região Norte do Paraná sofria forte influência da capital paulista, significando, portanto, maior facilidade de acesso a esta cidade, um importante fator positivo para Londrina.

Assim, escreve Padis²

"Londrina, que tendo sido fundada em 1930 - e elevada à categoria de cidade em 1934 - tornou-se um verdadeiro centro de irradiação, tendo à sua volta, uma década e meia depois, tendo mais de duas dezenas de nossos núcleos urbanos" (1981, p. 93)

Além de Londrina, outras cidades foram planejadas para, igualmente, servirem de entreposto a esse empreendimento imobiliário.

"Londrina foi a sede da companhia Inglesa que promoveu um dos maiores empreendimentos imobiliários, à época do Brasil, cujo planejamento previa polos

2 - PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

*regionais de aproximadamente a cada 100 Km (Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama), como também previam vários núcleos urbanos de menor tamanho entre as cidades."*³

Com o sucesso do empreendimento, notamos que o município de Londrina começa a se desenvolver com uma velocidade espantosa, tornando-se, segundo Nakagawara, "um poderoso pólo de atração social e de decisão econômica do Paraná"⁴

Mister se faz observar que, logicamente, o sucesso desse empreendimento teve como fator fundamental a possibilidade da região entrar no mercado do café, um produto que se adaptou muito bem às condições de produção que a fertilidade da terra e os fatores climáticos permitiam.

Foi desta maneira então, que segundo Nakagawara (1985/86, p, 114)⁵, mineiros, paulistas e nordestinos migraram principalmente para a área rural do norte do Paraná, e assim, "com o afluxo maciço de população a partir da década de 30, em 1940, o Paraná já possuía 1.237.000 habitantes, dobrando nas duas décadas seguintes".

Devemos lembrar que fatores economicamente importantes ocorreram, propiciando a penetração do café nessa região. O preço do café, por exemplo, logo após o término da

3 - WADA, Oriko Flávia. Transformações no espaço urbano. área central de Londrina. as casas de madeira. Londrina, 1986. (Monografia - UEL).

4 - NAKAGAWARA, Yoshiya. Londrina: poderoso foco de decisão econômica do Paraná. 1975, p. 7 (mimeo). apud Wada, op. cit., referência 3, p. 84.

5 - NAKAGAWARA, Yoshiya. Industrialização e urbanização no Paraná. revista de Geografia. Departamento de Geociências. Londrina, v. 3, 1985/86, p. 113 a 128.

Segunda Guerra Mundial subiu, segundo Padis (1981, p. 120)⁶, cerca de 70 por cento em Nova York (centro econômico onde ocorria a cotação do preço internacional do café) e, com o início da guerra da Coreia, sofreu nova alta em suas cotações. Essa situação favorável ocorreu com altos e baixos até mais ou menos o início da década de 60, quando as concorrências, estimuladas pelos preços internacionais do café dos anos anteriores, começaram a incomodar com mais intensidade o poderoso sistema produtivo cafeeiro nacional. A tendência da queda do preço de café, não foi, como alguns podem pensar, provocado apenas pela concorrência dos africanos e outros países (por exemplo a Colômbia). A queda nos preços também teve como importante estímulo o não controle da oferta desse produto no Brasil, que, quando defendia seus preços no exterior e ao mesmo tempo não usava instrumentos eficazes que permitissem a diversificação da produção agrícola, só deixava ao produtor rural uma opção, o café. E assim, mantida essa constante falta de definição por parte do governo brasileiro, a ameaça de uma superprodução pairava sobre a cabeça dos produtores, tementes por uma nova queda de preço do referido bem. E foi, em grande parte, por essas causas que o setor cafeeiro começou, com a tendência decrescente dos preços, a perder espaço, como já foi dito no capítulo anterior, para outros produtos agropecuários, que concomitantemente, trouxeram novas relações sociais de produção para toda a região e, também, para o município de Londrina.

⁶ - op. cit., referência 2.

4.2 - A Realocação dos Fatores Produtivos e os Movimentos Demográficos em Londrina

Apesar das geadas que atingiram o Paraná, segundo Padis (1981)⁷, em 1962, 1963 e 1966 e também, apesar da política de erradicação cafeeira que se intensificou em 1965 e 1967, que eliminou da região londrinense cerca de 35.568.171 pés de café.

Verificamos na tabela 4.1 que a área plantada desse produto, praticamente, dobrou entre 1970 e 1975, contudo, talvez acelerada pela fortíssima geada de 1975, observamos novamente um recuo da área plantada para níveis próximos ao de 1970. Desta maneira, vê-se que de 1960 para 1980, a participação, em área plantada de café no município de Londrina, decresceu aproximadamente 73,58%.

TABELA 4.1 - ÁREA (HA) OCUPADA POR TIPO DE ATIVIDADE (CAFÉ, SOJA, TRIGO E PASTAGEM) - LONDRINA (1960-1970-1975-1980)

ANOS	TOTAL (T)	CAFÉ (C)		SOJA (S)		TRIGO (Tg)		PASTAGEM (P)	
	ÁREA	ÁREA*	C/T (%)	ÁREA	S/T (%)	ÁREA Tg/T (%)	ÁREA	P/T (%)	
1960	164221	39060	23.79%				13726	8.36%	
1970	188553	12210	6.48%	1491	0.79%	1887	0.58%	68800	32.25%
1975	202571	24388	12.00%	16632	8.21%	6947	3.43%	60634	29.93%
1980	192688	12185	6.28%	22374	11.61%	8218	4.26%	88688	46.02%

FONTE: Censo Agrícola Paraná e Santa Catarina e Censos Agropecuários de 1970, 75 e 80.

* área colhida em 1959

7 - Idem, ibidem, p. 122 a 123.

Pode-se observar também que, no mesmo período 1960/80 e, com mais ênfase, no período 1970/80 outras culturas, menos intensivas de mão-de-obra, avançaram em sua participação, em área plantada, no município. A soja, por exemplo, aumentou entre 1970 e 1980, a sua participação por volta de 1.368,5% e o trigo e a pecuária (pastagens) aumentaram sua participação, respectivamente, no mesmo período, aproximadamente 643,92% e 42,72%.

Devemos lembrar que, se esses produtos que avançaram a sua participação, já são "naturalmente" poupadoras de mão-de-obra, a soja e o trigo o são mais ainda, pelo menos no que se refere à possibilidade de substituição de trabalho por capital. Essa possibilidade, provavelmente, deve ter sido concretizada, já que entre, aproximadamente 1968 e 1978, um volume razoável de capital estrangeiro entrou no Brasil, provavelmente, barateando, como já foi dito no capítulo 2, o custo marginal do capital. Há por outro lado, claros sinais de que houve substituição de trabalho por capital, quando observamos, pelos dados do censo agropecuário do IBGE de 1970 e 1980 que, o número de tratores em Londrina aumentou, em porcentagem, cerca de 58,11% e, da mesma maneira, o número de máquinas para colheita e de arados de tração mecânica aumentaram, respectivamente 241,74% e 127,89%.

Devemos registrar, ainda, a diminuição drástica do número de pessoas residentes no setor rural. Essa questão, que será retomada logo adiante, reforça a idéia de que realmente a substituição de fatores não só ocorreu, mas foi um elemento fundamental que explica o êxodo rural em

Londrina. Outro fator que não devemos esquecer é a diminuição da renda dos trabalhadores agrícolas, provocada, entre outros motivos, por uma menor demanda por seus serviços. Desta feita, Penteado (1973, p. 39)⁸ coloca que

"É provável entretanto, que a transferência para outras culturas diversificadas, trouxe ao trabalho rural perda em termos absolutos da renda, uma vez que qualquer outra cultura, que não o café, demanda mão-de-obra em pausas 75% do ano e, além disso, os salários recebidos na cafeicultura são superiores a qualquer outra atividade no setor lavoura"

Com a mudança da composição de fatores, evidenciada pela perda da participação do café na agricultura londrinense e pela maior capitalização desse setor, temos, a paralelamente a esses fatos, a ocorrência de uma contínua concentração fundiária caracterizada pela diminuição do número de estabelecimentos com área menor que 50 hectares e pelo aumento do número de estabelecimentos maiores que 100 hectares (tabela 4.2). Parece que a tendência à concentração da terra, explicada por Câmara (1985)⁹, na região norte paranaense também inclui o município de Londrina.

8 - PENTEADO, Jurema. Erradicação de cafezais e mobilidade da mão-de-obra no Paraná. período 1961/1972. Relatório de Desenvolvimento do Paraná. Assessoria de Estudos. Curitiba, set. 1973.

9 - CAMARA, Márcia Regina Gabardo da. Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70. São Paulo, 1985 (FEA-USP).

TABELA 4.2 - ESTRUTURA FUNDIARIA (NUMERO DE ESTABELECIMENTOS POR ESTRATOS EM HA E EVOLUCAO POR ESTRATOS DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS EM PORCENTAGEM) 1960-70-75-80

NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	1960	%	1970	%	1975	%	1980
TOTAIS	2633	111.93%	5580	-25.70%	4146	781.43%	36344
0 :----- 5	295	364.41%	1370	-42.04%	794	2.02%	810
5 :----- 10	340	301.18%	1364	-39.52%	825	-34.91%	537
10 :----- 20	819	79.61%	1471	-23.45%	1126	-17.14%	933
20 :----- 50	790	19.49%	944	-8.37%	865	-7.28%	802
50 :----- 100	180	13.33%	204	20.59%	246	-2.03%	241
100 :----- 200	92	6.52%	98	38.78%	136	16.18%	150
200 :----- 500	65	24.62%	01	16.05%	94	17.02%	110
500 :----- 1000	32	-21.00%	25	40.00%	35	8.57%	30
> 1000	20	15.00%	23	8.70%	25	00.00%	25
AREA TOTAL DO MUNICIPIO DE LONDRINA (HA)	164221		180553		202571		192600

FONTE: Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980. Censo Agrícola PR e SC.

Percebe-se na tabela 4.2 que os estratos que mais foram afetados em termos de diminuição do número de estabelecimentos no período entre 1970 e 1975, foram o estratos que compreendem as propriedades de 0 a 5, 5 a 10 e 10 a 20 hectares, que sofreram uma diminuição do número de seus estabelecimentos em porcentagem, respectivamente de 42,00, 39,00 e 23,00 ao passo que os estratos que compreenderem 50 a 100, 100 a 200, 200 a 500 e 500 a 1000 ha, sofreram um aumento do número de estabelecimentos em torno de, respectivamente, 20,00, 38,00, 16,00 e 40,00. Essa concentração pode ser explicada, não só pela possível dificuldade dos agricultores menores em ter acesso ao crédito para financiar a capitalização de suas unidades produtivas, mas também pela eficácia dos maiores estabelecimentos no que se refere ao uso intensivo do capital que pode ter

proporcionado um menor custo unitário fixo em sua produção. São essas dificuldades e vantagens dos pequenos e grandes produtores que devem ter provocado uma anexação dos estabelecimentos menores por parte dos estabelecimentos de grande porte.

Toda essa "revolução" do setor agrícola em Londrina, como era de se supor, esteve acompanhada, também, por modificações na participação da mão-de-obra nos setores de atividades.

TABELA 4.3 - PESSOAL OCUPADO, POR SETORES - 1970/1980

	1970		1980	
	N. PESSOAS	% POR SETOR	N. PESSOAS	% POR SETOR
TOTAIS EXC. PESSOAS INATIVAS	79893	100.00%	121930	100.00%
AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA				
EXTRACAO VEGETAL E PESCA	25274	31.63%	17497	14.35%
ATIVIDADES INDUSTRIAIS	12792	16.01%	29206	23.95%
COMERCIO DE MERCADORIAS	11320	14.17%	19235	15.78%
PRESTACAO DE SERVICOS	14272	17.86%	29207	24.02%
TRANSPORTE, COMUNICACAO E ARMAZENAGEM	3866	4.84%	6139	5.03%
ATIVIDADES SOCIAIS	4269	5.34%	11005	9.03%
ADMINISTRACAO PUBLICA	2086	2.61%	3409	2.80%
OUTRAS ATIVIDADES	6014	7.53%	5272	4.32%

FONTE: IBGE, Censos Demográfico 1970 e 1980.

Assim, pela classificação do IBGE, podemos observar na tabela 4.3, que a participação do setor rural caiu, em Londrina, aproximadamente, entre 1970 e 1980, 54,63%. Em direção contrária, foram significativos os movimentos ascendentes nos setores de atividades industriais, prestação de serviços e atividades sociais que aumentaram sua participação em cerca de 49,59%, 34,45% e 81,19%, respectivamente.

TABELA 4.4 - POPULACAO RESIDENTE EM LONDRINA
 DECADAS DE 50, 60, 70, 80, 90

	TOTAL DE RESIDENTES EM LONDRINA	POULACAO RESIDENTES NA AREA URBANA	% DE RESIDENTES EM LONDRINA	POULACAO RESIDENTES NA AREA RURAL	% DE RESIDENTES NA ZONA RURAL
1950	71412	34230	47.93%	37182	52.07%
1960	134821	77382	57.40%	57439	42.60%
1970	228101	163528	71.69%	64573	28.31%
1980	301711	266940	88.48%	34771	11.52%
1991 (1)	388331	364934	93.97%	23397	6.03%

FONTE: CENSOS DEMOGRAFICOS DO IBGE, 1950, 60, 70, 80.

(1) SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRAFICO DO PARANA, IBGE, 1993.

Podemos observar, por conseqüência, que a forte queda na participação do setor rural, no que se refere ao número de pessoas residentes nessa área, na década de 60, se manteve na década de 70.

O êxodo rural que já é, pelo que se vê na tabela 4.4, aparentemente grande (diminuição de, em números absolutos, 29802 pessoas), "torna-se maior" quando lembramos que dificilmente o número de pessoas que morreram nessa década (70) superam o número de nascimentos (essa crença, pode, inclusive, ser reforçada pela suposição de que o aumento da participação do pessoal ocupado no setor de atividade social tenha minorado, qualquer tendência de um possível aumento na taxa de mortalidade) e que, também, quando estimamos o número de emigrantes rurais com uma simples subtração do total de residentes no início e no final do período, estamos supondo que, para essa região, não houve nenhuma imigração no referente período, o que é muito improvável.

TABELA 4.5 - RESIDENTES QUE MIGRARAM PARA LONDRINA DURANTE 1960-70

TERRITORIO, ESTADOS E DF	DECADA DE 60	(%)	DECADA DE 70	(%)
RONDONIA	-	-	3	0.003%
ACRE	4	0.003%	27	0.031%
AMAZONAS	19	0.014%	31	0.036%
ROZAIMA	-	-	12	0.014%
PARA	18	0.013%	44	0.051%
AMAPA	-	-	-	-
MARANHA	24	0.017%	-	-
PIAUI	82	0.059%	8	0.009%
CEARA	762	0.558%	256	0.294%
RIO GRANDE DO NORTE	199	0.144%	82	0.094%
PARAIBA	624	0.450%	151	0.173%
PERNAMBUCO	2061	1.487%	352	0.404%
ALAGOAS	681	0.491%	136	0.156%
FERNANDO DE NORONHA	11	0.008%	-	-
SERGIPE	465	0.336%	43	0.049%
BAHIA	3153	2.275%	456	0.524%
MINAS GERAIS	12261	8.847%	1303	1.476%
ESPIRITO SANTO	399	0.288%	24	0.028%
RIO DE JANEIRO(1)	1141	0.823%	501	0.575%
SAO PAULO	39632	28.596%	8616	9.895%
PARANA	72267	52.144%	72413	83.161%
SANTA CATARINA	1248	0.900%	248	0.285%
RIO GRANDE DO SUL	887	0.582%	617	0.709%
MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	561	0.405%	655	0.752%
GOIAS	275	0.198%	205	0.235%
DISTRITO FEDERAL	36	0.026%	174	0.200%
EXTERIOR	1849	1.334%	482	0.462%
NAO CONHECIDA A PROCEDENCIA	13	0.009%	317	0.364%
TOTAL	138592	100.00%	87076	100.00%

FONTE: CENSO DEMOGRAFICO DO IBGE, 1960-70

(1) Incluindo o ex-Estado da Guanabara

O êxodo rural, uma das evidências mais fortes de que houve profundas mudanças nas relações de produção do setor agropecuário, também testemunha, pelas mesmas causas um arrefecimento do número de imigrantes na década de 70, em relação à década anterior (tabela 4.5). Esse fato, em primeira instância, leva-nos a acreditar que, no mínimo, a área rural do município de Londrina já não era tão mais atraente quanto o foi em tempos anteriores, e se ainda, em um período de grande êxodo paranaense, o Município mantém um

significativo número de imigrantes e um crescimento positivo de sua população, isso se deve, principalmente pelo fato dessa cidade ter abrigado migrantes do próprio Estado, "vítimas", provavelmente, do mesmo processo de mudanças no setor produtivo que ocorreu em todo o Paraná e, em especial, na região Norte. E assim, verificamos pela Tabela 4.5 que na década de 60, 52,14% dos imigrantes era inclusive do seu próprio Estado, enquanto na década posterior essa proporção chegou a 83,16%. Já os imigrantes de São Paulo e Minas Gerais totalizaram na década de 60, 37,37% dos imigrantes, enquanto na década de 70, eles foram apenas 11,39% do contingente total.

Observou-se, portanto, neste capítulo, que no município de Londrina, o êxodo rural está intimamente ligado aos fatores de mudança, definidos por Singer na introdução deste trabalho, assim como, seu crescimento populacional positivo para a década de 70 também, provavelmente, o está. Quer dizer, da mesma maneira que os fatores de expulsão do campo agiram em Londrina, também agiram em grande parte dos municípios paranaenses que foram agentes fornecedores de migrantes que aportaram nas principais cidades de porte médio do Norte do Paraná, e também se deslocaram para outras regiões.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este estudo tenha deixado claro que a análise sobre o comportamento demográfico-econômico do Município de Londrina, só é possível, agregando-se a ela, uma reflexão maior, que englobe tanto as variáveis macroeconômicas quanto os fatores regionais. É por este motivo que se tentou mostrar que as políticas macroeconômicas afetam sobremaneira o comportamento das relações econômicas de toda uma região, bem como, das cidades que a integram, afetando, portanto, o sistema produtivo e a característica ocupacional de todos os municípios integrantes dessa área de influência.

A economia regional norte paranaense, em parte, reflexo do desenvolvimento do sistema econômico capitalista brasileiro liga-se às profundas mudanças no panorama ocupacional, ocorridas pelas mudanças do padrão tecnológico da produção agrícola de, como foi demonstrado, principalmente, toda região norte do Estado do Paraná, o que ocasionou, também, mudanças nas relações de produção e nas características ocupacionais no Município de Londrina.

A relação entre a demanda de bens de produção industrializados e o número de trabalhadores rurais existe, e é negativa. Essa constatação é decorrente do aumento do número de tratores, arados de tração mecânica e colheitadeiras, que ocupam uma maior importância relativa como fator de produção rural em detrimento do trabalhador rural.

Foi possível constatar mudanças, em proporção dos ramos de atividade em relação ao total da força de

trabalho, de 1970 para 1980 e, concluiu-se que, realmente o êxodo rural não só foi atuante no sentido de diminuir o número de trabalhadores rurais, mas também, provavelmente, alimentou, com mão-de-obra, os demais setores da economia londrinense, como o setor industrial e de serviços.

As migrações influenciaram em grande medida no crescimento populacional da cidade de Londrina, pois se subtrairmos, do total de pessoas residentes no Município no ano de 1980 (conforme tabela 4.4), o total de pessoas não naturais que migraram durante a década de 70, teríamos um crescimento negativo da ordem de 5,90% no período entre 1970 e 1980, mas, se contarmos com o total de residentes efetivos em 1980, para o mesmo período podemos observar em 1980, para o mesmo um aumento da ordem de 32,27% do número de pessoas residentes em Londrina no mesmo período.

Podemos, nesse momento, esclarecer que o fenômeno da migração rural-urbana, aliada a um certo esvaziamento demográfico, não é uma realidade apenas do Município de Londrina, que o fenômeno aumentou sua população do setor urbano no período estudado, justamente por ser um polo de atração inserido dentro de uma imensa região - Norte do Paraná - que estava sofrendo o fenômeno do esvaziamento demográfico, pois esse fenômeno, que, geralmente, acontece em todas as regiões onde a introdução tecnológica agrícola ocorre com um certo vigor (isso não quer dizer que a inserção de tecnologia, quando ocorre lentamente não pressione a oferta de emprego rural para baixo, mas apenas sugere que ela não se faz sentir com tanta rapidez como ocorreu no Norte do Paraná).

Assim podemos exemplificar, casos como o do Rio Grande do Sul, estudados por Rieol (1981), que ao testar hipóteses acerca dos fatores que colaboram com a marginalidade urbana conclui que

"(...) a empresa agrícola fundada na alta densidade tecnológica e, portanto, na alta composição de capital, de que a rizicultura (cultura de arroz), em especial a de Cachoeira do Sul e Camaquã, é mais representativa no contexto deste estudo, produz efeitos de expulsão, que em virtude de que a complexidade mecânica substitui a força de trabalho, que em virtude das condições instáveis de trabalho oferece"

Casos como o do Nordeste, entre outros, também poderiam, da mesma maneira, ser relatados.

Essas influências acima relatadas, juntamente com todo o estudo feito até agora, permite concluir que as questões lançadas por Singer, Graziano, etc, sobre os fatores de mudanças nas relações de produção, e estudadas por Câmara, Nakagawara, entre outros são, ou foram, pertinentes para muitas regiões brasileiras, e se ajustam perfeitamente tanto ao caso norte paranaense como ao caso de Londrina na década de 70. Não podemos deixar de observar também, que as explicações de Costa, no que tange a "integração com subordinação" da agricultura com a indústria, se faz presente, na região (norteparanaense) e no município de Londrina, com todas as suas características.

Deve-se observar, nestas considerações finais, que as consequências do êxodo rural, no setor urbano do município de Londrina, motivadas pelas transformações no

campo, não foram neste trabalho, estudadas, por não estarem contemplados nos seus objetivos*.

Assim, ao mostrarmos a sensibilidade, dos movimentos demográficos em relação às modificações ocorridas em um sistema produtivo, esperamos que este trabalho sirva para, pelo menos, alertar sobre as possíveis consequências nefastas que uma política econômica regional pode ter, no que se refere, por exemplo, a um aumento expressivo do índice de desemprego, de uma área que se quer desenvolveu o sistema produtivo (aumentar a sua produtividade).

Premente se faz, quando se quer por em prática esse tipo de política, um estudo de relação de fatores que vislumbre a absorção da mão-de-obra que por ventura fique liberada por parte do setores que se quer, particularmente, modernizar (introduzir novas tecnologias).

Assim podemos dizer que uma política regional de desenvolvimento está sendo plenamente satisfatória.

* Para os mais interessados, sugere-se uma consulta ao trabalho realizado por Nakagawa em 1984, sobre a Mão-de-obra em Londrina, onde há estudos específicos sobre a questão.

- BIBLIOGRAFIA

01. BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. 7 ed. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1988.
02. BARAN, Paul A. A economia política do desenvolvimento. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 210-219.
03. BLACK, Eugene R. O. O crescimento e o desenvolvimento econômico. In: FARFILD, Osborn (Coord.). As pressões da população. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
03. CAMARA, Márcia Regina Gabardo da. Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70. São Paulo, 1985. (Mestrado - FEA/USP).
04. _____. Migrações internas: evolução e algumas evidências empíricas para o caso brasileiro. Semina, v. 19, n. 12, p. 101-110, 1988, Londrina, Universidade Estadual de Londrina.
05. CARMO, José Henrique do. O Paraná - sua ocupação e o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: BADEF, n. 76, p. 33-59, jul./ago./set. 1981.
06. COSTA, Rubens Vaz da. Política de emprego: principal debate da década de 70. Revista Econômica, n. 13, ano 3, 1972.
07. COSTA, Wanderlei Messias da. O modo industrial de produzir no campo. In: Um aspecto atual da modernização capitalista. Revista Orientação. Instituto de Geografia. Departamento de Geografia. São Paulo, 1990, p. 63-69.
08. COUTINHO, Maurício C. Malthus e a ciência lúgubre. In: Encontro Nacional de Economia, 18, 1990, Brasília. Anais... Belo Horizonte; ANPEC, 1990, p. 167-185.
09. FLIESCHFRESSER, Vanessa. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e consequências sócio-econômicas. Rio de Janeiro, 1984. (Mestrado - UFRJ).
10. GAUDEMAR, Jean-Paul. Mobilidade do trabalho e acumulação de capital. Lisboa: Estampa, 1977.
11. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agrícola do Paraná e Santa Catarina. 1960.
12. _____. Censo Agropecuário do Paraná. 1970.

13. _____ . _____ . 1975.
14. _____ . _____ . 1980.
15. _____ . Censo Demográfico do Paraná. 1950.
16. _____ . _____ . 1960.
17. _____ . _____ . 1970.
18. _____ . _____ . 1980.
19. INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). O Paraná: economia e sociedade. Curitiba: IPARDES, 1981, 72 p.
20. LANGONI, Carlos Geraldo. A crise do desenvolvimento uma estratégia para o futuro. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985.
21. MARTINE, George. Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, v. 2/3, p. 53-76, jun./set. 1982.
22. MATSUMOTO, Shirlei Yoshie. Articulação entre os setores formal e informal na economia urbana de Londrina: um estudo a partir dos "catadores de papel". Londrina, 1986. (Monografia - UEL).
23. MOURA, H. A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, 1980.
24. NAKAGAWARA, Yoshiya. Movimentos demográficos e a questão agrária. Londrina: UEL/Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais, 2 v., 1979.
25. _____. Questões agrárias e urbanas. o caso norte paranaense. revista Terra e Cultura. Londrina: CESULON, ano 1, p. 94-115, n. 1, 1981.
26. _____. O papel da cia. de terras norte do Paraná no crescimento de Londrina e da região norte paranaense. 1984. 6 p. (texto mimeo.).
27. _____. Mão-de-obra em Londrina: caracterização sócio-econômicas e a situação do emprego, desemprego e subemprego. Londrina: UEL/Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais. Departamento de Geociências, 1984.
28. _____. Industrialização e urbanização no Paraná. Revista de Geografia. Londrina: Departamento de Geociências, v. 3, 1985/86, p. 113-128.
29. _____. Cafeicultura brasileira - transformação e perspectivas. Revista Reikishi To Tiri (História e Geografia). Tokio, Japão, n. 420, p. 5-16, 1990. (Versão Resumida).

30. _____. Paraná urbano: raízes, processo e problemas (Coord.). In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, Anais... Maringá, 1992.
31. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
32. PENTEADO, Jurema. Erradicação de cafezais e mobilidade da mão-de-obra no Paraná. período 1961/1972. Banco de Desenvolvimento do Paraná. Assessoria de Estudos. Curitiba, set. 1973.
33. RAGGIO, Nádia (Coord.). As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 1983, p. 1-2.
34. RICHARDSON, Henry W. Economia regional. teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
35. RIEOL, Márcio. Migração rural-urbana e marginalidade: o caso do Rio Grande do Sul. Revista de Economia Rural. v. 19, n. especial, p. 47-64, 1981.
36. SILVA, Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
37. _____. Modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
38. SIMONSEM, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. A nova economia brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1974.
39. SINGER, Paulo Israel. Economia política da urbanização. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.
40. SINGER, Paul. Crescimento econômico e distribuição espacial de população. Revista de Economia Política, v. 2, n. 3, p. 31-52, jul./set. 1982.
41. SMITH, Adam. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
42. SZMRECSANY, Tamás. Restrospecto histórico de um debate. In: Dinâmica da população. teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 263-274.
43. WADA, Oriko Flávia. Transformações no espaço urbano. área central de Londrina. as casas de madeira. Londrina, 1986. (Monografia - UEL).